

OSX Brasil S.A. **(Companhia Aberta)**

Informações Financeiras Intermediárias
referentes ao período findo em 31 de março de 2024
e Relatório do Auditor Independente

OSX Brasil S.A.

(Companhia Aberta)

Conteúdo

Relatório do Auditor Independente sobre as Informações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas

Balanço Patrimonial

Demonstração de Resultado

Demonstração de Resultados Abrangentes

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Demonstração do Valor Adicionado

Notas Explicativas da Administração às Informações Financeiras

Relatório do auditor independente sobre a revisão das informações contábeis trimestrais individuais e consolidadas - ITR

Aos:

Administradores e Acionistas da

OSX Brasil S.A.

Rio de Janeiro–RJ

(Valores expressos em milhares de reais)

1. Introdução

Fomos contratados para revisar as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da OSX Brasil S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2024, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com a NBC TG 21 Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais- ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão. Em decorrência da relevância dos assuntos descritos na seção intitulada “Base para abstenção de conclusão”, não nos foi possível obter evidências de auditoria apropriadas e suficientes para fundamentar nossa conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas do trimestre findo em 31 de março de 2024.

2. Base para abstenção de conclusão

a. Incerteza relevante quanto a continuidade operacional e novo pedido de recuperação judicial (PRJ)

Em 31 de março de 2024, no individual e no consolidado, respectivamente, a Companhia apresenta prejuízo no trimestre de R\$195.549 e R\$195.927, passivo a descoberto total de R\$6.992.205 e R\$7.005.210; e passivo circulante superior ao ativo circulante de R\$347.963 e R\$843.519 (em 31 de março de 2023 apresenta prejuízo do trimestre de R\$212.436 e R\$212.856 e em 31 de dezembro de 2023 passivo a descoberto total de R\$6.796.145 e R\$6.808.783; e passivo circulante superior ao ativo circulante de R\$346.816 e R\$823.296, respectivamente).

Conforme descrito nas notas explicativas n.º 1 e 27 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia cumpriu suas obrigações previstas junto aos credores do PRJ e em 24 de novembro de 2020, o Juízo da 3ª Vara Empresarial decretou o seu encerramento; contudo ocorreram recursos judiciais, os quais estão pendentes de julgamento.

A Companhia e suas controladas vem concentrando esforços na reestruturação de suas obrigações extraconcursais que apresentam valores significativos em atraso referentes a fornecimento de produtos e serviços, parcelas de arrendamento e obrigações tributárias e no aumento das receitas mediante assinatura de novos contratos e diversificação de clientes.

Em 13 de outubro de 2023, a Companhia (mais duas controladas) recebeu uma notificação da Porto do Açúcar Operações S.A. (PdA, subsidiária do Grupo Prumo) manifestando pelo encerramento do “Período de Standstill” celebrado entre as partes em 20 de setembro de 2018, o qual a obrigava a não adotar qualquer medida para exigir-lhe sobre as suas obrigações existentes ou da sua falência. Sendo assim, como medida protetiva, a Companhia ajuizou tutela cautelar antecedente, a qual pleiteou o cumprimento do citado “Período” e a imediata suspensão das exigibilidades que lhe foram cobradas, e o Juízo dessa Vara a deferiu por 60 dias e os encaminhou à Câmara de Mediação e Arbitragem da FGV, de forma a alcançarem uma solução amigável.

Em 20 de janeiro de 2024, o Grupo OSX ajuizou novo PRJ, que requer a suspensão: das suas exigibilidades e rescisão unilateral por inadimplemento; do vencimento antecipado de obrigações já negociadas, inclusive aquelas previstas nas debêntures emitidas no âmbito do seu PRJ anterior; dos efeitos de determinadas cláusulas do contrato de gestão celebrados com a PdA.

Este PRJ, ainda, requer que seja determinado aos credores principais: a não interrupção de fornecimento de serviços; a proibição por retenção, arresto, penhora, sequestro, busca e apreensão de valores, títulos, depósitos e/ou direitos, para fins de auto pagamento; a vedação de bloqueio de valores de sua titularidade e que lhe sejam devolvidos os valores porventura retidos, desde o ajuizamento da citada tutela; e por fim, a Companhia solicita a utilização de conta bancária centralizadora. Destacamos, que esse PRJ foi deferido pelo Juízo em 22 de janeiro de 2024. Em 20 de março de 2024, o Conselho de Administração aprovou os termos e condições do plano de recuperação judicial do Grupo que será submetido à Assembleia Geral de Credores para decisão.

Essa situação indica a existência simultânea de incertezas relevantes que levantam dúvidas significativas quanto: (i) à capacidade de continuidade normal dos negócios da Companhia e de suas controladas e (ii) às bases de preparação das suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas adotadas pela Administração. Em 31 de março de 2024 todos os ativos e passivos individuais e consolidados da Companhia estão classificados e avaliados contabilmente no pressuposto de continuidade normal dos seus negócios que preveem um cenário de crescimento das operações que pode ser afetado pela situação econômica da Companhia.

b. Diferença de atualização da Dívida de Cessão de Direito de Uso com a PdA

Conforme mencionado na Nota 10 às informações contábeis trimestrais, no período de 20 de setembro de 2018 até 13 de outubro de 2023, a Companhia possuía Acordo de Standstill que previa a não cobrança das parcelas mensais de Cessão de Direito de Uso. Durante este período, a Companhia não registrou os respectivos encargos financeiros contratuais com base na variação do IGP-M por entender que não se aplicam ao período do Standstill. No entanto, conforme cobrança apresentada à Companhia em 20 de outubro de 2023 e em resposta de circularização por nós recebida para a data-base de 31 de dezembro de 2023, a PdA atualizou seu saldo contra a Companhia. Para 31 de março de 2024, o saldo com atualização pleiteada pela PdA monta a R\$437.242 (R\$420.301 em 31 de dezembro de 2023), enquanto na Companhia o seu débito é de R\$356.023 (R\$346.086 em 31 de dezembro de 2023) resultando uma diferença entre ambas as posições de R\$81.219 (R\$74.215 em 31 de dezembro de 2023). Este saldo se refere aos valores vencidos até 31 de março de 2024, caso o valor da parcela utilizada pela PdA tivesse sido utilizado para atualizar o passivo de direito de uso a vencer, o valor aproximado da dívida seria acrescentado de R\$298.486 (R\$284.674 em 31 de dezembro de 2023). Não nos foi possível concluir quanto à necessidade de ajustes às informações contábeis trimestrais da Companhia em 31 de março de 2024.

c. Saldos mantidos com a empresa Porto do Açu Operações S. A. (PdA)

A Companhia possui saldos não reconciliados com a PdA para os quais não obtivemos informações que nos possibilitem concluir sobre os assuntos a seguir descritos: (i) créditos referentes a Rateio de custos relacionados à Obra do Entorno, incorridos entre 08/2015 e 05/2016, no montante de R\$68.682; (ii) créditos no montante de R\$8.550 referentes a retenção contratual da OSX quitada pela PdA; e (iii) créditos referentes a remunerações (não quantificadas) por serviços de gestão comercial prestados à Companhia conforme cláusulas 6.1.2.7 do PRJ e 4.2 do contrato de gestão. A Companhia não possui passivos registrados referentes aos créditos mencionados. Não nos foi possível concluir quanto à necessidade de ajustes às informações contábeis trimestrais da Companhia em 31 de março de 2024.

d. Propriedade para investimento por Cessão de direito de uso

Em 31 de março de 2024, a Companhia possui Contrato de Cessão de Direito de uso com a Porto do Açu Operações S. A. (PdA) de área equivalente a 3,2 milhões de m². A Companhia possui apresentados em seu balanço patrimonial consolidado os seguintes saldos contábeis: Propriedade para investimento avaliado a valor justo por R\$1.976.784 (R\$1.976.784 em 31 de dezembro de 2023); Ativo de Direito de uso por R\$367.204 (R\$370.397 em 31 de dezembro de 2023); e Passivo total de arrendamento por R\$ 757.457 (R\$757.311 em 31 de dezembro de 2023), divulgados, respectivamente nas notas explicativas 9 e 10.

Em 31 de março de 2024 e 31 de dezembro de 2023, o direito de uso por arrendamento no montante, respectivamente, de R\$367.204 e R\$370.397, não foi tratado e avaliado contabilmente como propriedade para investimento como requerido pelo CPC06 (R1) - Arrendamento, a qual é e já está avaliada pelo seu valor justo, e dessa forma, o saldo daquela rubrica deve ser baixado. Sendo assim, as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas do trimestre findo em 31 de março de 2024, o ativo e o passivo a descoberto, estão apresentados indevidamente a maior e a menor, respectivamente, por R\$367.204, bem como o prejuízo do trimestre está aumentado inadequadamente por R\$3.193, devido ao impacto da despesa de depreciação contabilizada.

Em 31 de março de 2024, o ajuste a valor presente não foi recalculado gerando uma subavaliação da dívida da ordem de R\$9.034. Adicionalmente, ressaltamos que o valor justo da Propriedade para investimento foi calculado considerando o prazo contratual do direito de uso não cancelável mais a renovação automática de 40 anos cujo cancelamento é prerrogativa da Companhia. Contudo, o passivo assumido por arrendamento foi computado usando apenas o prazo contratual não cancelável, em desacordo com o prazo do cálculo do valor justo. Consequentemente, o passivo e o passivo a descoberto estão apresentados a menor em R\$42.556 (R\$436.876 utilizando a parcela considerada pela PdA) em 31 de março de 2024.

e. Provisão para custos de restauração ambiental

O contrato de cessão de direito de uso prevê a devolução da área, de acordo com plano de descomissionamento aprovado pelos órgãos ambientais, livre e desimpedida de coisas, cujo plano ainda não foi elaborado pela Companhia e, consequentemente, não nos foi possível concluir quanto à necessidade de provisão para custos de restauração ambiental.

f. Provisão de fornecedores extraconcursais

Em 31 de março de 2024, a conta de Provisão de fornecedores extraconcursais apresentava saldo de R\$57.348 (R\$59.024 em 31 de dezembro de 2023), o qual já está reduzido por baixas parciais ao longo do exercício, em função de baixas sugeridas por consultoria contratada. Não nos foi possível concluir quanto aos procedimentos adotados pela Companhia na constituição e baixas contábeis realizadas.

g. Investimento na Integra Offshore Ltda.

Conforme demonstrado na nota explicativa nº 7, a Integra Offshore Ltda. representa investimento no montante de R\$3.059 em 31 de março de 2024 e 31 de dezembro de 2023. A investida não auferiu receita operacional no período. Até o encerramento de nossos trabalhos, as demonstrações financeiras auditadas da investida para 31 de dezembro de 2023 não estavam disponíveis. O relatório dos auditores independentes referente às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022 incluiu ressalva quanto à realização do saldo de adiantamento a fornecedores no montante de R\$12.963 (não houve variação no saldo para 31 de dezembro de 2023) e incerteza relevante quanto a continuidade operacional. Consequentemente, não nos foi possível concluir quanto a possíveis ajustes nas informações trimestrais.

3. Alcance da revisão

Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, com base em nossa revisão, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). A revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma conclusão de auditoria.

Ainda, devido ao assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para abstenção de conclusão”, não obtemos evidências apropriadas e suficientes para fundamentar uma conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

4. Abstenção de conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Devido à relevância dos assuntos descritos na seção intitulada “Base para abstenção de conclusão”, não nos foi possível, obter evidências apropriadas e suficientes para fundamentar nossa conclusão sobre as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da OSX Brasil S.A. do trimestre findo em 31 de março de 2024. Consequentemente, não expressamos uma conclusão sobre elas.

5. Ênfases

(a) Fornecedores a pagar

Nessa rubrica, em 31 de março de 2024, nas informações contábeis trimestrais individuais e consolidadas estão apresentados R\$25.803 e R\$1.385.685, respectivamente, as quais compreendem valores devidos aos credores habilitados no Plano de Recuperação Judicial, deferido em 26 de novembro de 2013, conforme Quadro Geral de Credores, os quais passam por atualizações durante esse processo. Chamamos a atenção ao fato de que as informações referentes aos valores dos créditos que se alteram em razão da apresentação de divergências ao Administrador Judicial, e, aquelas por sentença em processo de impugnação somente serão informadas no desfecho do processo judicial.

A nossa conclusão não está modificada em relação a esse assunto.

(b) Desconsolidação de investida das demonstrações financeiras

Chamamos atenção sobre o assunto “Histórico da falência da OSX Leasing Group B.V.”, descrito na nota explicativa nº 1, sobre a falência da OSX Leasing Group B.V. na Holanda, em 15 de julho de 2015, que se encontra sob supervisão da justiça holandesa e sob gestão de um administrador específico. Sendo assim, a Companhia passou a não exercer nenhum controle ou influência política, financeira e operacional, significativas, sobre os negócios, incluindo também as controladas e coligadas, como a seguir descrito:

Com a divulgação de fato relevante pelas empresas OGX Petróleo e Gás S.A. e Dommo Energia S.A., as quais comunicaram a obtenção de “decisão judicial liminar pelo juízo da 4ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Rio de Janeiro para reduzir o valor do daily rate do afretamento da FPSO OSX 3 (proprietária da embarcação) e a Nordic Trustee, a Dommo e a Companhia acordaram a suspensão, pelo prazo de 6 meses dos pagamentos devidos pela Dommo à título de contraprestação pelo afretamento da plataforma FPSO OSX 3 e por outras obrigações previstas nos contratos de afretamento. Destaca-se que a citada suspensão se findou em 13 de março de 2015, tendo em vista que a Companhia não atingiu acordo com os Bondholders da OSX3, visando o equacionamento dos seus débitos com os primeiros e a solução mais favorável para o FPSO.

Em 2015, a Nordic Trustee ASA apresentou, na Holanda, pedido de falência das sociedades OSX 3 Holding B.V., OSX 3 Holdco B.V. e OSX Leasing Group B.V., subsidiárias da Companhia e votou contra o deferimento definitivo do procedimento de suspensão de pagamentos concedido anteriormente à OSX Leasing Group B.V., resultando na falência dela. A situação desse assunto, se mantém inalterada para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, pois a Companhia ainda não concluiu a sua reestruturação societária.

A nossa conclusão não está modificada em relação a esses assuntos.

(c) Processos judiciais e seus reflexos na Companhia e controladas

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 28, que discorre a respeito destes assuntos. Como é de conhecimento público, estão em andamento investigações conduzidas pela Polícia Federal, no âmbito da denominada “Operação Lava Jato” e seus desdobramentos no Rio de Janeiro, a saber:

Operação X, que têm por objeto, principalmente, práticas relacionadas a corrupção, a lavagem de dinheiro e evasão de recursos. Tal operação investiga fatos relacionados à construção das plataformas P-67 e P-70 efetuadas pelo Consórcio Integra-subsidiária com personalidade jurídica própria e na qual a OSX Brasil S.A. detém participação minoritária. Essas investigações e medidas judiciais envolveram a Companhia e seu acionista controlador e resultaram em ações penais propostas pelo Ministério Público Federal. A Companhia prestou ao Ministério Público Federal, à Polícia Federal e aos demais órgãos responsáveis todas as informações que lhe foram solicitadas relacionadas à empresa Integra.

Operação segredo de Midas, que têm por objeto, principalmente, práticas relacionadas a corrupção, utilização de informações privilegiadas e manipulação de mercado. Em 08 de agosto de 2019 foi cumprido o mandado de prisão temporária emitido contra o Sr. Eike Batista em razão de investigações de crimes de manipulação de mercado e utilização de informação privilegiada. O mandado foi revogado em 10 de agosto de 2019 pelo Tribunal Federal da 2ª Região. Tanto o mandado de prisão temporária, quanto os demais eventos que culminaram em notícias, não estão de qualquer forma associados e/ou foram praticados pela Companhia e/ou os seus administradores. Essas investigações e medidas judiciais envolveram o seu acionista controlador, Sr. Eike Batista e resultaram em ações penais propostas pelo Ministério Público Federal.

A nossa conclusão não está modificada em relação a estes assuntos.

(d) Outros assuntos criminais envolvendo o acionista controlador e seus reflexos na Companhia e suas controladas

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº28, a sentença de primeira instância proferida pela 3ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro ao Sr. Eike Batista, por uso de informação privilegiada (insider trading) e manipulação de mercado, praticados no ano de 2013. A Companhia e sua administração, entendem que não foram afetadas pelos efeitos dessa sentença.

A nossa conclusão não está modificada em relação a este assunto.

6. Outros assuntos

(i) Auditoria e revisão dos valores correspondentes ao exercício e ao período anterior

As demonstrações contábeis anuais individuais e consolidadas da Companhia, do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram por nós auditadas e emitimos relatório de auditoria datado de 27 de março de 2024 com Abstenção de opinião com base nos mesmos assuntos identificados na Seção 2 deste relatório e contendo as ênfases mencionadas na Seção 5 deste relatório. As informações contábeis trimestrais individuais e consolidadas da Companhia, do trimestre findo em 31 de março de 2023, foram por nós revisadas tendo emitido relatório de auditoria datado de 11 de maio de 2023, contendo incerteza relevante relacionada a continuidade operacional e as ênfases mencionadas na seção 5 deste relatório. As informações contábeis trimestrais de 31 de março de 2023 estão afetadas pelos assuntos mencionados na Seção 2 deste relatório identificadas na auditoria anual e não foram reapresentadas.

(ii) Demonstrações do valor adicionado (DVA)

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA), referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da Administração e apresentadas como informação suplementar para fins do IAS 34 Interim Financial Reporting. Todavia, em decorrência da relevância dos assuntos descritos na seção intitulada "Base para abstenção de conclusão", também não expressamos uma conclusão sobre as demonstrações do valor adicionado do período de nove meses findo nessa data em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 10 de maio de 2024.



Eduardo José Ramón Leverone
Contador CRC SP-067.460/O-6

RSM Brasil Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-030.002/O-7

The logo for RSM, featuring three colored squares (grey, green, blue) to the left of the letters "RSM" in a bold, sans-serif font.

OSX Brasil S.A.

Balanço Patrimonial
Em 31 e março de 2024 e 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	26	7	5.487	2.141
Clientes	5	-	-	5.545	6.613
Adiantamentos diversos		20	98	171	204
Despesas antecipadas		290	479	339	606
Total do ativo circulante		336	584	11.542	9.564
Não circulante					
Partes relacionadas	16	109.554	112.694	-	-
Tributos a recuperar	6	4.197	4.124	4.605	4.519
Depósitos judiciais		610	612	2.300	1.469
		114.361	117.430	6.905	5.988
Investimentos	7	1.929	1.896	3.059	3.059
Propriedade para investimento	9	-	-	1.976.784	1.976.784
Imobilizado	8	181	117	746	699
Direito de Uso	10	280	329	367.484	370.727
Intangível		336	126	336	126
Total do ativo não circulante		117.087	119.898	2.355.314	2.357.383
Total do ativo		117.423	120.482	2.366.856	2.366.947

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	12	57.625	59.319	58.430	59.824
Obrigações fiscais	13	2.788	2.957	239.184	225.563
Obrigações sociais e trabalhistas	11	374	344	1.164	1.674
Direito de uso	10	230	198	394.282	384.175
Partes relacionadas extraconcursais	16	287.282	284.582	161.992	161.616
Outros		-	-	9	8
Total do passivo circulante		348.299	347.400	855.061	832.860
Não circulante					
Fornecedores	12	25.803	25.673	1.385.685	1.360.485
Empréstimos e financiamentos	14	-	-	2.109.903	2.059.506
Debêntures	15	-	-	4.094.894	3.989.831
Direito de uso	10	65	121	363.461	373.455
Partes relacionadas concursais	16	10.010	10.010	21.545	21.545
Provisão para passivo a descoberto	7	6.705.101	6.513.728	-	-
Provisão para contingência	17	20.350	19.695	94.702	94.009
Tributos diferidos	23	-	-	353.528	353.528
Fianças	14	-	-	93.287	90.511
Total do passivo não circulante		6.761.329	6.569.227	8.517.005	8.342.870
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)					
Capital social		35.264	35.264	35.264	35.264
(-) Custo emissão de ações	18.a	(81.057)	(81.057)	(81.057)	(81.057)
Ajustes acumulados na conversão de moeda estrangeira	18.c	1.708.370	1.708.881	1.708.370	1.708.881
Prejuízos acumulados	18.e	(8.654.782)	(8.459.233)	(8.654.782)	(8.459.233)
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		(6.992.205)	(6.796.145)	(6.992.205)	(6.769.145)
Participações de acionistas não controladores		-	-	(13.005)	(12.638)
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		(6.992.205)	(6.796.145)	(7.005.210)	(6.808.783)
Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)					
		117.423	120.482	2.366.856	2.366.947

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

OSX Brasil S.A.

Demonstração de Resultado

Período de três meses findo em 31 de março de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto pelo prejuízo básico e diluído por ações)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/2024	31/03/2023	31/03/2024	31/03/2023
Receita Operacional Líquida	20	-	-	15.038	8.916
Despesas (receitas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	21	(3.538)	(644)	(18.454)	(13.066)
Despesas com depreciação e amortização	8 e 9	(61)	(8)	(3.272)	(3.370)
Outras despesas e receitas		1.565	4.642	1.564	3.952
		(2.034)	3.990	(20.162)	(12.484)
Resultado de equivalência patrimonial	7	(190.830)	(214.154)	-	(6)
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos		(192.864)	(210.164)	(5.124)	(3.574)
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	22	171	338	147	395
Despesas financeiras	22	(2.853)	(3.017)	(187.359)	(213.308)
Variação cambial, líquida	22	(3)	407	(3.463)	3.644
		(2.685)	(2.272)	(190.675)	(209.269)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		(195.549)	(212.436)	(195.799)	(212.843)
Imposto de renda e contribuição social corrente	23	-	-	(128)	(13)
Prejuízo líquido do período		(195.549)	(212.436)	(195.927)	(212.856)
Atribuído aos acionistas não controladores		-	-	(378)	(420)
Atribuído aos acionistas controladores	19	(195.549)	(212.436)	(195.549)	(212.436)
Prejuízo do período básico, e diluído por ação (em R\$)	19	(62,12)	(67,48)	(62,24)	(67,42)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

OSX Brasil S.A.

Demonstração de Resultado Abrangente
Período de três meses findo em 31 de março de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/2024	31/03/2023	31/03/2024	31/03/2023
Prejuízo líquido do período		(195.549)	(212.436)	(195.927)	(212.856)
Ajustes de conversão de moeda estrangeira	18.d	(511)	5.390	(511)	5.390
Total do resultado abrangente do período		<u>(196.060)</u>	<u>(207.046)</u>	<u>(196.438)</u>	<u>(207.466)</u>
Total do resultado abrangente atribuído a:					
Participação dos acionistas não controladores		-	-	(378)	(420)
Participação dos acionistas controladores		(196.060)	(207.046)	(196.060)	(207.046)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

OSX Brasil S.A.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Em 31 de março de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Nota	Capital Social	(-) Custo na emissão de ações	Ajustes acumulados de conversão	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Participação de acionistas não controladores	Total patrimônio líquido (passivo a descoberto)
Saldos em 1º de janeiro de 2023		<u>35.264</u>	<u>(81.057)</u>	<u>1.702.335</u>	<u>(7.270.464)</u>	<u>(5.613.922)</u>	<u>(10.341)</u>	<u>(5.624.263)</u>
Ajustes de conversão de moeda estrangeira	18.d	-	-	5.390	-	5.390	-	5.390
Prejuízo líquido do período		-	-	-	(212.436)	(212.436)	(410)	(212.846)
Saldos em 31 de março de 2023		<u>35.264</u>	<u>(81.057)</u>	<u>1.707.725</u>	<u>(7.482.900)</u>	<u>(5.820.968)</u>	<u>(10.751)</u>	<u>(5.831.719)</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2024		<u>35.264</u>	<u>(81.057)</u>	<u>1.708.881</u>	<u>(8.459.233)</u>	<u>(6.796.145)</u>	<u>(12.638)</u>	<u>(6.808.783)</u>
Ajustes de conversão de moeda estrangeira	18.d	-	-	(511)	-	(511)	-	(511)
Prejuízo líquido do período		-	-	-	(195.549)	(195.549)	(367)	(195.916)
Saldos em 31 de março de 2024		<u>35.264</u>	<u>(81.057)</u>	<u>1.708.370</u>	<u>(8.654.782)</u>	<u>(6.992.205)</u>	<u>(13.005)</u>	<u>(7.005.210)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

OSX Brasil S.A.

Demonstração dos Fluxos de Caixa
Em 31 de março de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2024	31/03/2023	31/03/2024	31/03/2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo líquido do período	(195.549)	(212.436)	(195.927)	(212.856)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao fluxo de caixa das atividades operacionais				
Depreciação e amortização	61	8	3.272	3.370
Resultado de equivalência patrimonial	190.830	214.154	-	6
Participação de acionistas não controladores	-	-	(367)	(410)
Ajuste de conversão de moeda estrangeira	510	-	-	-
Despesas de juros sobre dívidas financeiras	-	-	158.236	181.610
	(4.148)	1.726	(34.786)	(28.280)
Variações nos ativos e passivos				
Depósitos judiciais	2	(9)	(831)	(10)
Clientes	-	-	1.068	(417)
Adiantamentos diversos	78	(363)	33	(402)
Tributos a recuperar	(73)	(143)	(86)	(272)
Despesas antecipadas	189	180	267	248
Obrigações sociais e trabalhistas	30	(8)	(510)	34
Fornecedores	(1.564)	(1.606)	23.806	19.571
Obrigações fiscais	(169)	(3.783)	13.493	(6.802)
Adiantamento de clientes	-	-	-	(3.990)
Provisão para contingências	655	514	693	1.613
Outros	2.705	(36)	98	3.714
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	1.853	(5.254)	38.031	13.287
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(2.295)	(3.528)	3.245	(14.993)
Imposto de renda e contribuição social	-	-	128	13
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aquisições/baixas de bens do imobilizado	-	18	-	(6)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	-	18	-	(6)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Créditos concedidos a pessoas ligadas	125	285	108	5
Débitos com pessoas ligadas assumidos	2.700	(11.474)	376	(328)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos	2.825	(11.189)	484	(323)
Efeito de conversão de moeda sobre o caixa e equivalentes de caixa	(511)	5.390	(511)	5.390
Aumento(redução) no caixa e equivalentes de caixa	19	(9.309)	3.346	(9.919)
Demonstração da redução no caixa e equivalentes de caixa				
No início do período	7	10.339	2.141	17.807
No fim do período	26	1.030	5.487	7.888
Aumento(redução) no caixa e equivalentes de caixa	19	(9.309)	3.346	(9.919)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

OSX Brasil S.A.

Demonstração do Valor Adicionado
Em 31 de março de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2024	31/03/2023	31/03/2024	31/03/2023
Receitas				
Receita de alugueis e/ou serviços (bruta de impostos)	-	-	16.564	9.825
	-	-	16.564	9.825
Insumos adquiridos de terceiros				
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(2.593)	(775)	(9.393)	(12.727)
	(2.593)	(775)	(9.393)	(12.727)
Valor adicionado bruto	(2.593)	(775)	7.171	(2.902)
Retenções				
Depreciação e amortização	(61)	(8)	(3.272)	(3.370)
	(61)	(8)	(3.272)	(3.370)
Valor adicionado, líquido, gerado pela Companhia	(2.654)	(783)	3.899	(6.272)
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	(190.830)	(214.154)	-	(6)
Receitas financeiras	171	338	147	395
Outras receitas	1.569	5.169	1.569	5.612
	(189.090)	(208.647)	1.716	6.001
Valor adicionado total a distribuir	(191.744)	(209.430)	5.615	(271)
Distribuição do valor adicionado				
Empregados:				
Remuneração direta	637	264	1.176	1.090
Benefícios	58	25	150	156
FGTS	5	-	29	28
	700	289	1.355	1.274
Tributos:				
Federais	258	140	2.496	1.670
Estaduais	-	-	106	7
Municipais	15	-	6.795	31
	273	140	9.397	1.708
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	2.829	2.984	187.311	213.232
Variação cambial	3	(407)	3.463	(3.644)
Outras remunerações	-	-	16	15
	2.832	2.577	190.790	209.603
Remuneração de capitais próprios				
Participação dos acionistas não controladores	-	-	(378)	(420)
Prejuízo líquido do período	(195.549)	(212.436)	(195.549)	(212.436)
	(195.549)	(212.436)	(195.927)	(212.856)
Valor adicionado total distribuído	(191.744)	(209.430)	5.615	(271)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

OSX Brasil S.A.

Notas explicativas às Informações Financeiras Intermediárias
Período de três meses findo em 31 de março de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

1. Contexto Operacional

Fundada em 2007, a OSX Brasil S.A. (OSX e/ou Companhia) é uma sociedade anônima de capital aberto com sede na cidade do Rio de Janeiro. Tem como objeto a participação direta ou indireta no capital social de outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, dedicadas ao setor de equipamentos e serviços para a indústria *offshore* de óleo e gás natural, com atuação integrada nos segmentos de construção naval, afretamento de unidades de exploração e produção (E&P) e serviços de operação e manutenção (O&M). Desde março de 2010, a Companhia tem suas ações listadas no segmento Novo Mercado da B3, sob o código OSXB3.

Em função da situação conjuntural da Companhia, impedida de honrar o pagamento de obrigações vencidas e com vencimento no curto prazo, em 8 de novembro de 2013 foi aprovado o pedido de recuperação judicial da OSX. O Plano de Recuperação Judicial da Companhia, aprovado pelos credores em dezembro de 2014, tinha como objetivo permitir que a Companhia buscasse meios para a liquidação do seu endividamento e a obtenção de novos recursos, de modo a viabilizar a manutenção das suas atividades e de suas subsidiárias.

Em 24 de novembro de 2020 foi proferida sentença pela 3ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro/RJ nos autos do processo de Recuperação Judicial, que declarou o seu encerramento. Tal sentença foi objeto de embargos de declaração e em 18 de março de 2022 foi proferida sentença confirmando o encerramento da Recuperação Judicial.

Ações em curso

Apesar das dificuldades impostas no período da pandemia, a saída da recuperação judicial aliada a uma nova dinâmica comercial da Companhia junto à Porto do Açu (PdA) permitiu a evolução de seu plano de reestruturação.

A Companhia continua em ampla transformação de sua gestão de negócios e fortalecimento de suas vantagens competitivas, sempre pautada pelo crescimento sustentável, o que permitiu atingir marcos importantes como a ampliação da receita, a diversificação de clientes e a valorização da área no Superporto do Açu.

Neste sentido, a Companhia tem obtido sucesso no desenvolvimento de novos negócios junto à PdA, com obtenção de receita e alcançando a retomada de expansão do faturamento devido aos fatores destacados a seguir:

- ▶ Ambiente de negócios favorável, gerando crescimento das atividades na área de abrangência do Superporto do Açu;
- ▶ Assinatura de novos contratos e diversificação de clientes; e
- ▶ Valorização da área da OSX Açu.

O complexo do Superporto do Açu vem passando por forte crescimento, com a área da OSX Açu se destacando como o principal local para implantação de novos negócios, em função de sua localização estratégica e do comprimento de área molhada em frente ao canal do porto.

OSX Brasil S.A.

Notas explicativas às Informações Financeiras Intermediárias
Período de três meses findo em 31 de março de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

A estratégia de crescimento da OSX passa pela geração de valor à área da OSX Açú e a geração de *backlog* de contratos que permitam fazer frente ao passivo da Companhia. Com este foco, a equipe da OSX realizou uma série de ações coordenadas, a fim de refletir o valor investido na construção do Porto do Açú pela OSX, destacando-se:

- ▶ Reavaliação da área da OSX Açú;
- ▶ Topografia com demarcação de áreas locadas e disponíveis;
- ▶ Ações de *housekeeping* para melhoria contínua da área da OSX Açú;
- ▶ Priorização de comercialização de áreas com maior infraestrutura;
- ▶ Desenvolvimento de projetos portuários para atração de investidores;
- ▶ Parametrização dos valores médios com áreas portuárias equivalentes;
- ▶ Manutenção de vias internas, energia, rede telefônica, iluminação e arborização;
- ▶ Parceria para fornecimento de água industrial e potável em todo o complexo com manutenção e ampliação da rede de água potável, poços, licenças e estações de tratamento de esgoto;
- ▶ Operação e manutenção de balança rodoviária;
- ▶ Implantação de sistema eletrônico de controle de acesso e vigilância patrimonial, com objetivo de atendimento aos padrões internacionais ISPS;
- ▶ Ampliação das ações de segurança, meio ambiente e saúde ocupacional; e
- ▶ Melhora significativa nas medidas adotadas de governança corporativa.

Os pilares dessa estratégia permitiram conquistar os objetivos estabelecidos de ampliação do potencial comercial da OSX Açú, com impacto imediato na geração de caixa, no valor médio da área e na diversificação de clientes. Em 2023, a Companhia está dando continuidade à sua estratégia.

Processo da 1ª recuperação judicial

Durante o segundo semestre de 2013, a OSX e a OSX Açú enfrentaram o agravamento da sua situação financeira, incluindo o cancelamento de encomendas de unidades que seriam construídas na Unidade de Construção Naval no Açú (UCN Açú) e de contratos de afretamento e operação e manutenção de unidades FPSOs e WHPs. Em outubro daquele ano, a Óleo e Gás Participações S.A., principal cliente da Companhia, ajuizou seu pedido de recuperação judicial na Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro.

No dia 8 de novembro de 2013, devido à situação conjuntural da Companhia, que a impedia de honrar o pagamento de obrigações vencidas e com vencimento no curto prazo, o Conselho de Administração aprovou o pedido de recuperação judicial da OSX como instrumento relevante para assegurar a preservação do interesse dos acionistas, empregados e credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, de sua função social e o estímulo à sua atividade econômica. O pedido de recuperação judicial da OSX, em conjunto com suas subsidiárias OSX Açú e OSX Serviços ("Recuperandas"), foi ajuizado em 12 de novembro de 2013, na Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro.

Em 17 de dezembro de 2014, os Planos de Recuperação Judicial das Recuperandas foram aprovados em Assembleias Gerais de Credores e, em 19 de dezembro de 2014, o Juízo da 3ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Rio de Janeiro homologou os três Planos. A publicação da homologação dos Planos ocorreu no dia 8 de janeiro de 2015.

No dia 30 de janeiro de 2015, a Caixa Econômica Federal ("CEF"), credora extraconcursal anuente, concedeu sua anuência aos termos do Plano de Recuperação Judicial da OSX Açú.

OSX Brasil S.A.

Notas explicativas às Informações Financeiras Intermediárias
Período de três meses findo em 31 de março de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

A obtenção desta anuência era condição suspensiva para a eficácia e implementação dos Planos de Recuperação Judicial da OSX e da OSX Açú. Durante o último trimestre de 2015, a administração da Companhia entendeu que os planos estavam homologados desde a data de sua publicação, em 8 de janeiro de 2015, passando a executar todas as premissas estabelecidas e tendo como principal impacto a atualização monetária de todos os credores quirografários.

A Companhia cumpriu com as obrigações de pagamentos previstas com os seus credores quirografários, bem como os de sua subsidiária OSX Açú, que tiveram interesse no pagamento de até R\$80 mil e a totalidade de créditos dos credores quirografários da OSX Serviços, sempre em conformidade com as obrigações previstas nos planos de recuperação judicial.

A seguir, uma breve descrição do plano da OSX. A íntegra dos planos aprovados está disponível nos sites da CVM (www.cvm.gov.br) e da Companhia (www.osx.com.br).

- Captação de novos recursos

Para recompor o capital de giro necessário para a continuidade de suas atividades, o pagamento dos custos de reestruturação, bem como o desenvolvimento de seu plano de negócios, a OSX obteve novos financiamentos junto a seus credores concursais, por meio da emissão de três séries de debêntures (debêntures 1ª série, debêntures 3ª série e debêntures 5ª série).

Tais recursos, conforme Nota Explicativa 16 - Debêntures, serão amortizados e pagos da seguinte forma:

- ▶ Data de vencimento – dez anos a contar da data de emissão das debêntures, renováveis por mais dez anos.
- ▶ Amortização programada do valor do principal – o valor nominal unitário das debêntures 1ª, 3ª e 5ª séries será integralmente amortizado em uma única parcela na data de vencimento, não havendo qualquer tipo de subordinação entre os detentores dessas debêntures.
- ▶ Juros remuneratórios – as debêntures 1ª, 3ª e 5ª séries farão jus a uma remuneração equivalente à variação acumulada de 100% da Taxa DI incidente sobre o valor nominal unitário ou o saldo do valor nominal unitário de cada debênture, acrescido de um *spread* de 2% ao ano.
- ▶ Cálculo dos juros remuneratórios – a partir da data de emissão das debêntures ou da data de pagamento da remuneração anterior, conforme o caso.
- ▶ Pagamento dos juros remuneratórios – serão pagos integralmente na data de vencimento, observado que, caso ocorra a amortização extraordinária das debêntures 1ª, 3ª e 5ª séries, os juros remuneratórios incidentes no período serão pagos juntamente com a parcela do valor nominal unitário da respectiva série a ser amortizada extraordinariamente.

- Reestruturação de dívidas

Os credores concursais que concederam novos recursos à recuperanda são chamados credores financiadores. Observadas as condições de elegibilidade, indicadas no plano, os créditos concursais e/ou créditos extraconcursais dos (i) credores financiadores (bancos) poderão ser utilizados para a integralização das debêntures 2ª série, caso o respectivo credor financiador tenha integralizado debêntures 1ª série, ou debêntures 6ª série caso o respectivo credor financiador tenha integralizado debêntures 5ª série, e (ii) credores financiadores em geral poderão ser utilizados para a integralização das debêntures 4ª série caso o respectivo credor financiador em geral tenha integralizado debêntures 3ª série ou debêntures 6ª série.

As debêntures 2ª, 4ª e 6ª séries serão pagas nas seguintes condições:

- ▶ Data de vencimento – 20 anos a contar da data de emissão das debêntures, renováveis por mais 20 anos, conforme previsto na Escritura de Emissão de Debêntures.
- ▶ Amortização programada do valor do principal – o valor nominal unitário das debêntures 2ª, 4ª e 6ª séries será integralmente amortizado em uma única parcela na data de vencimento, não havendo qualquer tipo de subordinação entre os detentores dessas debêntures.
- ▶ Cálculo dos juros remuneratórios – (a) as debêntures 2ª e 4ª séries farão jus a uma remuneração equivalente à variação acumulada de 100% da Taxa DI incidente sobre o valor nominal unitário ou saldo do valor nominal unitário das debêntures 2ª ou 4ª séries e (b) as debêntures 6ª série farão jus, da data do pedido até o 36º mês contado da data de emissão das debêntures (inclusive), a uma remuneração equivalente à variação acumulada de 100% da Taxa DI incidente sobre o valor nominal unitário ou o saldo do valor nominal unitário das debêntures 6ª série acrescido de *spread* de 1,80% e do 36º mês contado da data de emissão das debêntures (exclusivo) até a data de vencimento das debêntures, a uma remuneração equivalente à variação acumulada de 100% da Taxa DI incidente sobre o valor nominal unitário ou o saldo do valor nominal unitário das debêntures 6ª série.
- ▶ Pagamento dos juros remuneratórios – serão pagos integralmente na data de vencimento, observado que, caso ocorra a amortização extraordinária das debêntures 2ª, 4ª e 6ª séries, os juros remuneratórios incidentes no período serão pagos juntamente com a parcela do valor nominal unitário da respectiva série a ser amortizada extraordinariamente.

Credores Não Financiadores

- ▶ Prazo – 25 anos a partir da publicação da homologação judicial do Plano de Recuperação, renováveis por 25 anos.
- ▶ Pagamento do principal – o principal será amortizado em uma única parcela, no 25º aniversário da data de homologação.
- ▶ Correção monetária – correspondentes a 100% da variação do IPCA, incidentes a partir da Data de Homologação sobre o saldo do principal.

- Pagamento antecipado dos créditos dos Credores Não Financiadores: os Créditos dos Credores Não Financiadores serão pagos antecipadamente, nas hipóteses de: (i) a partir do 6º ano contado da Data de Homologação, existência de recursos excedentes disponíveis, observada a Ordem de Pagamentos abaixo descrita, sempre observado o Limite para Pagamento Antecipado dos Credores Não Financiadores, o qual deverá ser calculado considerando o valor do saldo devedor dividido pelo período remanescente para o seu pagamento, e/ou (ii) a qualquer tempo, quando da ocorrência de evento de pagamento antecipado por venda de ativos, observada a Ordem de Pagamento Antecipado por Venda de Ativos.

Credores Quirografários

Os créditos quirografários por fiança, aval ou obrigação solidária foram reestruturados nos termos e condições estabelecidos para os créditos dos credores quirografários não financiadores.

Todos os credores quirografários, com exceção dos credores quirografários por fiança, aval ou obrigação solidária, optaram pelo recebimento de uma quantia em dinheiro, correspondente à R\$80, limitada ao valor de seu crédito. O valor remanescente de seu crédito, se houver, terá o tratamento previsto acima, conforme opção do respectivo credor em relação à concessão de novos recursos.

Os créditos com partes relacionadas do Grupo OSX serão pagos em dez parcelas mensais, sem incidência e capitalização de juros, sendo a primeira parcela devida, única e exclusivamente após o primeiro mês subsequente à quitação de todos os demais créditos concursais e créditos extraconcursais. As partes poderão oportunamente convencionar uma forma alternativa de extinção dos créditos com partes relacionadas, inclusive mediante conversão de tais créditos em capital social da devedora, desde que sem impacto de caixa e qualquer tipo de desembolso para o Grupo OSX na liquidação de créditos com partes relacionadas e observando a estrutura mais adequada para o Grupo OSX sob a perspectiva societária, tributária e comercial.

• Readequação do plano de negócios da UCN Açú

A OSX revisou o plano de negócios relativo ao desenvolvimento da UCN Açú como parte do redimensionamento de suas atividades operacionais e adequação à sua nova realidade. Neste contexto, permanece em vigor o contrato de gestão de área celebrado com a PdA cujo objetivo é o gerenciamento da exploração comercial da área total de 3,2 milhões de metros quadrados onde está localizada a UCN Açú. Com a gestão desta área pela PdA, a OSX Açú espera viabilizar o desenvolvimento da UCN Açú, assegurando a continuidade de suas operações e a geração de caixa para fazer frente às suas obrigações concursais e correntes.

As receitas auferidas pela OSX Açú, incluindo aquelas decorrentes da exploração da área mencionada e os eventuais recursos a que faz jus em razão da participação acionária detida na íntegra, são, obrigatoriamente, depositadas mensalmente em uma conta vinculada ao cumprimento do plano (conta centralizadora). Os recursos depositados na conta centralizadora são transferidos mensalmente para contas vinculadas, para fazer frente às obrigações, respeitada a ordem a descrita no plano.

OSX Brasil S.A.

Notas explicativas às Informações Financeiras Intermediárias
Período de três meses findo em 31 de março de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

- Alienação de outros bens do ativo não circulante

A OSX poderá promover a alienação e oneração de bens que integram seu ativo não circulante, conforme autorizado expressamente pelo Juízo da recuperação, observados os limites estabelecidos na Lei de Falências, no plano e nos demais contratos em vigor celebrados pelo Grupo OSX com os credores não sujeitos à recuperação judicial.

- Reestruturação societária

A OSX promoveu a reestruturação societária do Grupo OSX de forma a obter a estrutura societária mais adequada para o desenvolvimento de suas atividades tal como redimensionadas no contexto da Recuperação Judicial e do seu plano de negócios decorrente da implementação do Plano de Recuperação Judicial, sempre no melhor interesse do Grupo OSX e visando o sucesso do processo.

Histórico da falência da OSX Leasing Group B.V.

No dia 22 de dezembro de 2014, a Dommo Energia S.A., atual denominação de OGX Petróleo e Gás S.A., divulgou fato relevante comunicando a obtenção de decisão judicial em caráter liminar para reduzir o valor do *daily rate* do afretamento do FPSO OSX 3. A liminar foi concedida pelo juízo da 4ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Rio de Janeiro, em face de OSX 3 Leasing B.V. (OSX 3L), na qualidade de proprietária da embarcação, bem como da Nordic Trustee Asa, na qualidade de cessionária de direitos decorrentes do afretamento da embarcação.

No dia 13 de março de 2015, a Dommo e a OSX 3L acordaram com a suspensão, pelo prazo de seis meses: (i) dos pagamentos devidos pela Dommo a título de contraprestação pelo afretamento da plataforma FPSO OSX 3 e (ii) de certas obrigações previstas nos contratos relacionados ao afretamento.

O prazo da suspensão acordado em 13 de março de 2015 findou-se e a Companhia não atingiu um acordo com os *bondholders* da OSX 3L, com o objetivo de encontrar uma forma de equacionar seus débitos e a solução mais favorável para o FPSO OSX 3. Sendo assim, no dia 27 de março de 2015, a Nordic apresentou, na Holanda, pedido de falência das sociedades OSX LG OSX 3 Holdco B.V. e OSX 3 Holding B.V. subsidiárias indiretas da Companhia.

No tocante à OSX LG, a administração da Companhia apresentou, perante a Justiça da Holanda, um pedido formal de suspensão de pagamentos, que foi provisoriamente deferido. O objetivo dessa suspensão de pagamentos foi permitir que a OSX LG reestruturasse a sua dívida e/ou apresentasse um plano a seus credores, sob supervisão da justiça holandesa e de um administrador específico. A suspensão de pagamentos envolveu somente as obrigações da OSX LG.

Em 15 de julho de 2015, a Nordic, na qualidade de agente fiduciário dos detentores de *bonds* emitidos pela OSX 3L votou contra o deferimento definitivo do procedimento de suspensão de pagamentos concedido anteriormente à OSX LG, resultando na sua falência. Consequentemente, a Companhia passou a não mais deter controle ou influência nesses negócios. A liquidação dos ativos e passivos permanece sendo supervisionada pela justiça holandesa e gerida por um administrador específico.

OSX Brasil S.A.

Notas explicativas às Informações Financeiras Intermediárias
Período de três meses findo em 31 de março de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

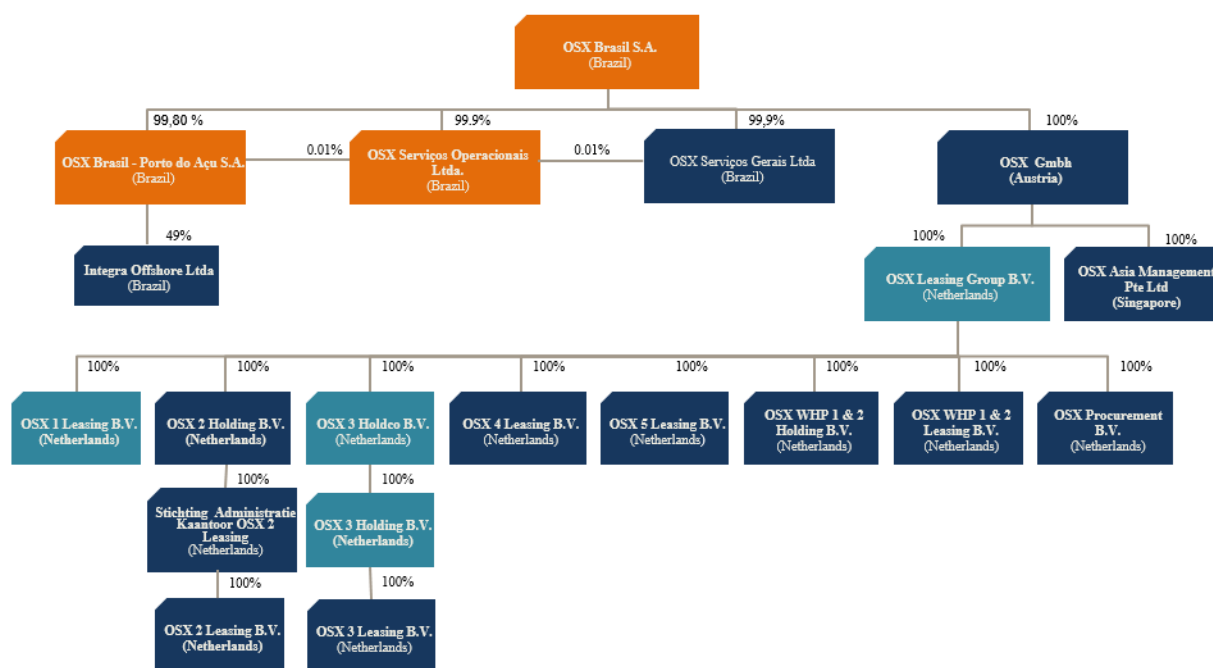
O *Bare Boat Charter Agreement*, celebrado em 6 de março de 2012 e aditado em 12 de setembro de 2014 entre OSX 3L, OSX 3 Holding B.V. e a Dommo, cuja totalidade do saldo devedor em relação ao afretamento do FPSO OSX3 contra a Dommo correspondeu a US\$ 277.424.330,23, dos quais US\$ 250.816.374,13 corresponderam, em 30 de setembro de 2017 a R\$794.586, foram capitalizados na Dommo e a diferença foi paga pela Dommo aos bondholders da OSX 3L na forma prevista em acordo com credores. Nos termos do acordo, após a efetivação do aumento de capital, mediante a capitalização dos créditos e a entrega, pela Dommo, aos bondholders da OSX 3L das ações a que faziam jus e de eventual parcela em dinheiro decorrente do período do direito de preferência dos acionistas, os créditos restaram extintos, nada mais tendo tais bondholders a reclamar.

Para encerrar o processo de falência da OSX LG, é necessário, ainda, liquidar suas oito subsidiárias. O procedimento de liquidação pode ser feito de forma voluntária com o apoio oferecido pelo administrador Judicial da OSX LG.

Os investimentos nas empresas offshore foram baixados em 2015 no balanço patrimonial consolidado da OSX, porém, até o encerramento do período findo em 31 de março de 2024, a Companhia não havia concluído sua reestruturação societária.

- Estrutura societária

Em 31 de março de 2024, a Companhia apresentava a seguinte estrutura societária:



A estrutura laranja refere-se às sociedades empresarias requerentes, as em azul claro refere-se às sociedades empresarias com falência decretada e em azul escuro outras empresas operacionais do grupo.

COBRANÇA PdA – ARBITRAGEM – NOVA RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Em 20 de janeiro de 2024, o Grupo OSX emendou tutela cautelar antecedente anteriormente ajuizada – tendo tido obstado por 60 (sessenta) dias a exigibilidade das obrigações pecuniárias em face do Grupo OSX- apresentando novo pedido de recuperação judicial perante a 3ª Vara Empresarial, nos termos da Lei nº 11.101/2005, tendo em vista atos da PdA de requerer o vencimento antecipado das dívidas, bem como não suspender a eficácia da exigibilidade de dívidas em face da Companhia.

E em 22 de janeiro de 2024 foi proferida decisão pelo Juízo da 3ª Vara Empresarial deferindo o processamento da recuperação judicial do Grupo OSX.

Por fim, em 20 de março de 2024 o Conselho de Administração da Companhia aprovou os termos e condições do Plano de Recuperação Judicial do Grupo OSX, bem como sua apresentação nos autos do processo de recuperação judicial (processo nº 0132006-60.2023.8.19.0001), em curso perante o Juízo da 3ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro. O Plano contempla, dentre outras medidas o seguinte:

- (i) Equalização do passivo do Grupo OSX e reestruturação de seus créditos concursais, bem como créditos concursais aderentes que desejarem receber seus créditos nos termos do Plano de Recuperação Judicial, adequando-os à capacidade de pagamento do Grupo OSX.
- (ii) Possibilidade de captação de novos recursos para recompor o capital de giro necessário para continuidade de suas atividades, pagamento dos custos de reestruturação e desenvolvimento do seu plano de negócios.
- (iii) Possibilidade de aumento do capital social da Companhia ou de outras sociedades do Grupo OSX mediante conversão de dívidas.

2. Apresentação das Informações Financeiras Individuais e Consolidadas

a) Declaração de Conformidade com as Normas IFRS e as Normas do CPC

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, referentes ao período em 31 de março de 2024, foram elaboradas de acordo com o *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”) emitidos pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* (“IFRIC”), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), suas interpretações técnicas (“ICPC”) e orientações (“OCPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”). As informações financeiras intermediárias dos valores adicionados estão sendo apresentadas como informações suplementar para fins de IFRS.

b) Base de Mensuração

As informações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado/patrimônio líquido e da propriedade para investimento.

As demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade operacional da Companhia.

Notas explicativas às Informações Financeiras Intermediárias
Período de três meses findo em 31 de março de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

c) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As informações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d) Uso de Estimativas e Julgamentos

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Julgamentos, estimativas e premissas são utilizados para a mensuração e reconhecimento de certos ativos e passivos das informações financeiras da Companhia.

O uso desses fatores é inerente e condição imprescindível na preparação das informações financeiras.

A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos.

Os eventos e estimativas relevantes são:

- Nota Explicativa nº 1 – Contexto operacional
- Nota Explicativa nº 9 – Propriedade para investimentos
- Nota Explicativa nº 17 - Provisão para Contingências

A evolução da situação financeira e a aprovação da Nova Recuperação Judicial da Companhia poderão afetar as estimativas realizadas pela Administração e consequentemente, os saldos contábeis apresentados nas informações financeiras intermediárias.

A autorização para emissão destas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas ocorreu em reunião do conselho de administração realizada em 10 de maio de 2024.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes, próprias das informações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

e) Procedimentos de Consolidação

Em 31 de março de 2024, a OSX possui as seguintes empresas controladas com participação direta e/ou indireta:

OSX Brasil S.A.

Notas explicativas às Informações Financeiras Intermediárias
Período de três meses findo em 31 de março de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

Empresas sediadas na Cidade e Estado do Rio de Janeiro

- OSX Açu

Constituída em 28 de julho de 2009, tem como objeto social original as atividades de construção, reparo, montagem, integração e venda de unidades marítimas de exploração e produção de petróleo e gás natural, estruturas e equipamentos correlatos, para fornecimento ao mercado de petróleo e gás natural do Brasil. No ano de 2021, de forma a expandir o potencial de atividades na área da OSX Açu foram inseridas as atividades de administração de infraestrutura portuária e atividades de operador portuário, entre outras. Atualmente este segmento de negócios está dedicado ao aluguel de áreas e desenvolvimento de negócios no Porto do Açu para clientes.

- OSX Serviços

Constituída em 25 de novembro de 2009, tem como objeto social a prestação de serviços de operação e manutenção de unidades marítimas ligadas às atividades de exploração e produção de petróleo e gás, tais como, mas não limitada a, Plataformas Fixas de Produção e/ou Perfuração, unidades Flutuantes de Perfuração ou de Produção, unidades tipo FPSO (Floating, Production, Storage and Offloading) e unidades do tipo FSO (Floating, Storage and Offloading), além da prestação de serviços de engenharia, incluindo consultoria em engenharia básica, engenharia de detalhamento, FEED (Front End Engineering Detail), e de serviços de consultoria no setor de equipamentos marítimos para atividades de exploração e produção de petróleo e gás. Atualmente este segmento está inoperante.

- OSX Serviços Gerais Ltda. (“OSX Serviços Gerais”)

Constituída em 28 de janeiro de 2011, tem como objeto social a prestação de serviços gerais e corporativos, incluindo o compartilhamento de recursos humanos e de infraestrutura, bem como a prestação de fianças e outras garantias relativas a obrigações assumidas por sua controladora ou outras sociedades sob controle comum.

Empresas sediadas no exterior

- OSX GmbH (“OSX GmbH”)

Constituída em 22 de outubro de 2009, através da aquisição do capital social da BVSARANTATRIABeteiligungsverwaltungGmbH, uma sociedade existente e constituída de acordo com as leis austríacas, sediada na Áustria, passando a se denominar OSX GmbH em 19 de novembro de 2009. A empresa tem como objeto social participar em outras sociedades. Esta aquisição não foi caracterizada como uma combinação de negócios, de acordo com as definições estabelecidas no CPC 15 e IFRS 3 (Business Combinations) por tratar-se de aquisição de uma empresa sem nenhum ativo ou passivo e sem fluxo de caixa projetado.

- OSX Asia Management Pte. Ltd.

Constituída em 05 de abril de 2012, de acordo com as leis asiáticas, sediada em Cingapura, que tem como objeto social a prestação de serviços gerais e corporativos, incluindo o compartilhamento de recursos humanos e de infraestrutura.

OSX Brasil S.A.

Notas explicativas às Informações Financeiras Intermediárias
Período de três meses findo em 31 de março de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

A seguir, os percentuais de participação que a OSX possui em suas empresas controladas, os quais, exceto a Integra, cujo resultado é reconhecido por equivalência patrimonial, são todos consolidados.

	Percentual de participação	
	31/03/2024	31/12/2023
Controladas diretas		
OSX Açú	99,80%	99,80%
OSX Serviços	99,99%	99,99%
OSX Serviços Gerais	99,99%	99,99%
OSX GmbH	100,00%	100,00%
Controladas indiretas		
OSX Asia Management Pte. Ltd.	100,00%	100,00%

Descrição dos Principais Procedimentos de Consolidação

As políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no período anterior.

- i) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas.
- ii) Eliminação dos saldos de despesas e receitas decorrentes de negócios entre as companhias consolidadas.
- iii) As flutuações de moeda referentes a ativos monetários intercompanhias são reconhecidas como variação cambial na demonstração do resultado da entidade que reporta a informação.
- iv) Eliminação dos saldos das contas de investimentos e correspondentes participações no capital e lucros (ou prejuízos) acumulados das empresas controladas.
- v) A participação dos acionistas não controladores, que representa a parcela do resultado do período e do patrimônio líquido que não é detida pela Companhia, é apresentada separadamente da demonstração do resultado consolidado e dentro do grupo de patrimônio líquido no balanço patrimonial consolidado, em separado do patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores.
- vi) Alterações no percentual de participação em controladas que não resultem em perda e/ou ganho de controle são registradas no patrimônio líquido.
- f) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas

Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração da Companhia considera, quando aplicável, as novas revisões e interpretações às IFRS e os pronunciamentos técnicos, emitidos pelo IASB e pelo CPC. Para as informações financeiras intermediárias referentes ao período findo em 31 de março de 2024, não ocorreu nenhuma alteração que afetasse as informações financeiras da Companhia.

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Base de Consolidação

(i) Participação de Acionistas não Controladores

A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não controladores na adquirida pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição.

Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

(ii) Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As informações financeiras de controladas são incluídas nas informações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

(iii) Perda de Controle

Quando da perda de controle, a Companhia não reconhece os ativos e passivos da controlada, qualquer participação de não controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga subsidiária, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

(iv) Investimentos em Entidades Contabilizadas pelo Método da Equivalência Patrimonial

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais.

Os investimentos em coligadas são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as informações financeiras consolidada e individual incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo do período e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir.

(v) Transações Eliminadas na Consolidação

Saldos e transações intercompanhias, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intercompanhias, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida.

OSX Brasil S.A.

Notas explicativas às Informações Financeiras Intermediárias
Período de três meses findo em 31 de março de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b) Moeda Estrangeira

(i) Transações em Moeda Estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado.

(ii) Operações no Exterior

Os ativos e passivos de operações no exterior, incluindo ajustes de valor justo resultantes da aquisição, são convertidos para Real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de eventuais operações no exterior são convertidas para Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

As demonstrações do resultado e do fluxo de caixa das investidas, em ambiente econômico estável, com moeda funcional distinta da controladora, são convertidas para reais pela taxa de câmbio média mensal, os ativos e passivos são convertidos pela taxa final do período e os demais itens do patrimônio líquido são convertidos pela taxa histórica.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Estão representados por aplicações de curto prazo, de liquidez imediata, que são prontamente conversíveis para quantias conhecidas de caixa e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

d) Investimentos

A Companhia detém o controle ou influência significativa de todas as suas subsidiárias, conforme apresentado na nota explicativa nº 7. Desta forma, seus investimentos são avaliados por equivalência patrimonial.

e) Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração.

Registrado pelo custo histórico e de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução do valor recuperável (impairment).

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Depreciação

A depreciação dos ativos é calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 8 - Imobilizado e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens e os respectivos valores residuais. Não houve alteração significativa na vida útil dos bens que estão sujeitos a depreciação.

(iii) Redução ao Valor Recuperável - *Impairment*

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

f) Propriedade para Investimento

As propriedades para investimento são propriedades mantidas para obter renda com aluguéis e/ou valorização do capital (incluindo imobilizações em andamento para tal propósito). As propriedades para investimento são mensuradas inicialmente ao custo, incluindo os custos da transação. Após o reconhecimento inicial, as propriedades para investimento são mensuradas ao valor justo. Todos os rendimentos provenientes do arrendamento operacional de bens para fins de ganho de aluguel ou apreciação do capital são registrados como propriedades para investimento e mensurados utilizando o modelo de valor justo. Os ganhos e as perdas resultantes de variações no valor justo de uma propriedade para investimento são reconhecidos no resultado do período em que ocorrem. Vide Nota Explicativa nº9.

g) CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil

O Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) / IFRS 16 requer a apresentação dos arrendamentos operacionais no Balanço Patrimonial das Companhias arrendatárias, como custo de amortização dos ativos objetos de direito de uso e pela despesa de juros sobre as obrigações de arrendamento às taxas efetivas vigentes à época da contratação dessas transações, sendo este contabilizado na despesa financeira.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes, descontados utilizando a taxa mensurada como mais adequada ao mercado no momento de atualização e revisão das premissas adotadas para o cálculo. O ativo de direito de uso foi reconhecido com base no valor do passivo de arrendamento. A Companhia aplica a isenção de não reconhecimento dos ativos de direito de uso e passivos de arrendamentos com um período inferior a 12 meses e para arrendamentos de baixo valor.

h) Ativos Não Financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas, que não o imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida no resultado se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável.

i) Instrumentos Financeiros

Todos os instrumentos financeiros foram reconhecidos em conformidade com o IFRS 9 e CPC 48 no balanço da Companhia e suas controladas, tanto no ativo quanto no passivo, e são mensurados inicialmente pelo valor justo quando aplicável e após o reconhecimento inicial de acordo com sua classificação.

Instrumentos financeiros não-derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, decrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo através de resultado, de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros não-derivativos incluem bancos, aplicações financeiras, contas a receber e outros créditos, assim como fornecedores, empréstimos, contas a pagar e outras dívidas.

Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não-derivativos são mensurados conforme descrito abaixo:

(i) Empréstimos e Recebíveis

Os empréstimos e recebíveis devem ser mensurados pelo custo amortizado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros, reduzidos por eventuais reduções no valor recuperável. Clientes e partes relacionadas da Companhia e suas controladas foram classificados nesta categoria.

(ii) Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo através do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros, ao valor justo através do resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado. As aplicações financeiras da Companhia e de suas controladas foram classificadas nesta categoria.

(iii) Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

(iv) Ativos Financeiros Não-Derivativos (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros tiveram perdas de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor.
- Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que a Companhia não consideraria em condições normais.
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência.
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores.
- O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Para investimentos em títulos patrimoniais, a evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável inclui um declínio significativo ou prolongado no valor justo abaixo do seu custo.

A Companhia e suas controladas consideram evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis.

Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

(v) Passivos Financeiros Não Derivativos

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

j) Receita

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. As receitas são reconhecidas no resultado no momento da sua realização, para as receitas provenientes dos contratos de locação firmados, as quais são reconhecidas no resultado pelo método linear conforme os respectivos prazos contratuais e da sua realização.

Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

l) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

m) Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social, do período corrente e diferido, para as empresas optantes pelo lucro real, são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente de R\$240 (duzentos e quarenta mil) anuais para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto de renda e a contribuição social contabilizados no resultado são formados pela despesa corrente destes tributos, e, também, pelo diferido líquido que é resultante do cálculo do IRPJ e CSLL sobre as diferenças temporárias ativas e passivas, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido. O imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre o ajuste de avaliação patrimonial são reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido.

Notas explicativas às Informações Financeiras Intermediárias
Período de três meses findo em 31 de março de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

Para as empresas no exterior, o imposto de renda e a contribuição social, do período corrente e diferido, são calculados, onde aplicável, com base nas respectivas alíquotas vigentes na data das informações financeiras individuais e consolidadas.

n) Resultado por Ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, no período apresentado.

o) Informações por Segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos que são relatados à Administração incluem não apenas os itens diretamente atribuíveis ao segmento, como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem principalmente ativos corporativos (primariamente a sede da Companhia), despesas da sede, despesas e receitas financeiras e ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social.

p) Demonstração de Fluxo de Caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 641, de 7 de outubro de 2010, que aprovou o Pronunciamento Contábil CPC 03 (R2) (IAS 07) “Demonstração dos Fluxos de Caixa”, emitido pelo CPC.

q) Demonstração do Valor Adicionado

A Companhia elaborou Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das informações financeiras intermediárias conforme BRGAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

OSX Brasil S.A.

Notas explicativas às Informações Financeiras Intermediárias
Período de três meses findo em 31 de março de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
Caixa e bancos	23	3	785	23
Aplicações Financeiras	3	4	4.702	2.118
	26	7	5.487	2.141

5. Clientes

O saldo da conta de clientes em 31 de março de 2024 é basicamente representado por montantes oriundos das operações de locação da área do cais e adjacentes do Porto do Açu.

	Consolidado	
	31/03/2024	31/12/2023
Contas a receber de locação	4.623	6.235
Outros	922	378
	5.545	6.613

6. Tributos a Recuperar

Os créditos tributários da Companhia são compostos, basicamente, por Saldo Negativo de exercícios anteriores e retenções de terceiros. Quanto aos demais créditos, a Companhia tem a expectativa de realização, através de compensações com outros impostos federais e por pedido de restituição protocolado junto a Receita Federal, conforme previsto em lei.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
IRPJ Saldo Negativo	2.274	2.243	2.407	2.372
IRRF período em curso	92	91	280	270
IRRF Mútuo	-	-	85	85
CSLL Base negativa	1.814	1.788	1.814	1.788
Outros créditos	17	2	19	4
	4.197	4.124	4.605	4.519

7. Investimentos

a) Participações Societárias Diretas

Controladas diretas	31/03/2024						
	Participação	Quantidade de ações/quotas (mil)	Ativo	Passivo	Passivo a descoberto	Receita Líquida	Lucro (Prejuízo) do período
OSX Açu	99,80%	45.611.593	2.396.720	9.003.554	(6.606.835)	(15.038)	(191.624)
OSX Serviços Operacionais	99,99%	36.180	114.251	209.028	(94.777)	-	418
OSX Serviços Gerais	99,99%	1.000	6.416	4.486	1.929	-	33
OSX GmbH	100,00%	-	499	16.993	(16.494)	-	(33)

OSX Brasil S.A.

Notas explicativas às Informações Financeiras Intermediárias
Período de três meses findo em 31 de março de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

31/12/2023							
Controladas diretas	Participação	Quantidade de ações/quotas (mil)	Ativo	Passivo	Passivo a descoberto	Receita Líquida	Lucro (Prejuízo) do exercício
OSX Açú	99,80%	45.611.593	2.395.577	8.014.788	(6.415.210)	45.300	(1.166.507)
OSX Serviços Operacionais	99,99%	36.180	111.641	206.835	(95.194)	-	(16.706)
OSX Serviços Gerais	99,99%	1.000	6.334	4.448	1.896	-	216
OSX GmbH	100,00%	-	475	16.435	(15.960)	-	(829)

b) Participações Societárias Indiretas

31/03/2024						
Controladas/Investidas indiretas	Participação	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido (Passivo a Descoberto)	Receita Líquida	Lucro (Prejuízo) do período
OSX Asia	100,00%	-	7.851	(15.611)	-	(7.793)
Integra Offshore Ltda.	49,00%	42.462	36.219	6.243	-	-

31/12/2023						
Controladas/Investidas indiretas	Participação	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido (Passivo a Descoberto)	Receita Líquida	Prejuízo do exercício
OSX Asia	100,00%	-	7.586	(15.083)	-	(7.585)
Integra Offshore Ltda.	49,00%	42.465	36.221	6.244	-	389

c) Movimentações - Controladora

Controladas	31/12/2023 Investimento	31/12/2023 Passivo a descoberto	Adições / Baixas	Equivalência patrimonial	31/03/2024 Passivo a descoberto	31/03/2024 Investimento
OSX Açú	-	(6.402.592)	-	(191.247)	(6.593.839)	-
OSX Serviços Operacionais	-	(95.185)	-	417	(94.768)	-
OSX Serviços Gerais	1.896	-	-	33	-	1.929
OSX GmbH	-	(15.951)	(510)	(33)	(16.494)	-
Total	1.899	(6.513.728)	0	(190.830)	(6.705.101)	1.929

d) Participação em Entidade de Propósito Específico - EPE

A Companhia mantém participação em uma EPE, em que são consolidadas às informações financeiras da Companhia. A EPE OSX Asia Management Pte Ltd. é uma sociedade criada de acordo com as leis de Cingapura e suas atividades estão descritas na Nota Explicativa nº 3 (a) – Base de Consolidação.

A controlada OSX Açú detém participação de 49% do capital votante e total da empresa Integra Offshore Ltda. ("Integra"). Conforme o CPC 19, por não possuir o controle da subsidiária, a participação está avaliada como equivalência patrimonial representando o montante de R\$3.059 em 31 de março de 2024 e em 31 de dezembro de 2023.

e) Garantias Concedidas em Favor das Controladas e Coligadas

As garantias concedidas em favor de controladas e coligadas estão descritas na Nota Explicativa nº 17 - Partes Relacionadas.

OSX Brasil S.A.

Notas explicativas às Informações Financeiras Intermediárias
Período de três meses findo em 31 de março de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

8. Imobilizado

a) Composição dos Saldos

		Controladora			
Taxa de depreciação a.a.%		31/03/2024			31/12/2023
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Móveis e utensílios	10	24	(3)	21	13
Equipamentos de informática	20	209	(149)	60	64
Benfeitorias em propriedades de terceiros	20	131	(30)	90	40
		364	(182)	181	117

		Consolidado			
Taxa de depreciação a.a.%		31/03/2024			31/12/2023
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Móveis e utensílios	10	777	(722)	55	47
Máquinas e equipamentos	10	489	(81)	409	421
Equipamentos de informática	20	534	(410)	124	130
Benfeitorias em propriedades de terceiros	20	131	(31)	99	40
Instalações gerais	10	249	(190)	59	61
		2.180	(1.434)	746	699

9. Propriedade para Investimento

No final do ano de 2023 a empresa Meden Consultoria Empresarial Ltda. foi nomeada pela OSX Açú para elaboração do laudo avaliação a valor justo de sua Propriedade Para Investimento, para fins de atendimento ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC 28 – Propriedade Para Investimento. A avaliação utilizou uma combinação entre a abordagem da renda e de mercado, pelas metodologias da capitalização de renda e método comparativo direto, respectivamente, para concluir sobre o valor da Propriedade para Investimento da OSX Açú na data-base de 30 de setembro de 2023.

Foram utilizados, dentre outras, as seguintes informações e documentos:

- Relatórios gerenciais e projeções econômicas;
- Planta de situação da propriedade;
- Contratos de arrendamento firmados entre a Companhia e seus clientes;
- Visita técnica.
- Outras informações disponibilizadas, inclusive de forma verbal através de reuniões e discussões técnicas com a Administração da Companhia.

Horizonte de Projeção

A avaliação das áreas da OSX Açú foi realizada considerando um fluxo de caixa projetado para 70 (setenta) anos, correspondente ao prazo do contrato de arrendamento da área com a Porto do Açú S.A. (Antiga LLX). Após esse período a projeção foi encerrada.

Taxa de desconto

Os valores projetados foram descontados a valor presente, considerando uma taxa de desconto real de 9,66% a.a.

OSX Brasil S.A.

Notas explicativas às Informações Financeiras Intermediárias
Período de três meses findo em 31 de março de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

Metodologia de Avaliação

Considerando as especificidades do ativo avaliado, na presente avaliação foram consideradas duas metodologias, em conjunto, para se determinar o valor justo da Propriedade para Investimento.

A metodologia utilizada foi a conjugação do Método Comparativo Direto de Dados de Mercado (MCDDM) e do Método do Fluxo de Caixa Descontado. O MCDDM foi utilizado levantando-se áreas de terminal e/ou retroareas em outros complexos portuários para definir o valor de arrendamento com base no mercado atual. Já o Fluxo de Caixa descontado realizou a projeção dos valores de arrendamento no fluxo de caixa, trazido a valor presente líquido, por uma taxa de desconto adequada. Esse método define o valor do imóvel por meio da comparação com dados mercadológicos de imóveis semelhantes.

A taxa de desconto utilizada no fluxo, foi a da metodologia Weighted Average Cost of Capital (WACC – Custo Médio Ponderado de Capital) composta pela ANTAQ.

O valor presente do fluxo de caixa foi calculado com base em uma projeção que considera uma ocupação do Porto do Açu baseada no atual desenvolvimento de prospecção de novos parceiros interessados em estabelecer-se na área, descontado a uma taxa apropriada que leva em consideração informações históricas e atuais do mercado e o setor de atuação da Companhia.

Com base nas análises realizadas e procedimentos descritos anteriormente, foi estimado um *impairment* de R\$333.458 (trezentos e trinta e três milhões e quatrocentos e cinquenta e oito mil reais) para a propriedade para investimento no exercício de 2023.

	Valor justo em 31/12/2023	Desvalorização	Valor justo em 31/03/2024
Propriedade para investimento	1.976.784	-	1.976.784
	1.976.784	-	1.976.784

A propriedade para investimento é avaliada anualmente.

10. Direito de Uso

Direito de uso – Arrendamento - CPC 06 (R2) - IFRS 16

Porto do Açu

A OSX Açu detém contrato de concessão para exploração da superfície da área do Porto do Açu, em caráter oneroso, de uma área de 3.200.000m², celebrado em 21 de dezembro de 2012 com a PdA. Como contraprestação pela Cessão do Uso, bem como pela concessão do Direito de Superfície, conforme o caso, sendo certo que caberá à OSX Açu pagar à PdA mensalmente a contraprestação da cessão do uso ou concessão do direito de superfície no valor de R\$2.363 (dois milhões, trezentos e sessenta e três mil reais). O valor dessa contraprestação é fixo e vem sendo ajustado anualmente em 1º de julho, de acordo com a variação do Índice Geral de Preços – Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV (IGP-M). O prazo do contrato é de 40 anos, contados a partir da data da assinatura, sendo então vigente até 21 de dezembro de 2052 com renovação automática por mais 40 anos podendo ser cancelado a critério da Companhia.

OSX Brasil S.A.

Notas explicativas às Informações Financeiras Intermediárias
Período de três meses findo em 31 de março de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

Em janeiro de 2019, o valor da contraprestação era de R\$3.556 (três milhões, quinhentos e cinquenta e seis mil reais).

Importante ressaltar que em 20 de setembro de 2018 o grupo OSX e a Porto do Açu celebraram Termo de Compromisso e Standstill, abstendo-se a PdA de adotar qualquer medida, judicial ou extrajudicial, para exigir do Grupo OSX qualquer das Obrigações do Grupo OSX perante a Porto do Açu, inclusive e, sem se limitar: requerer o vencimento antecipado das Debêntures ou a falência do Grupo OSX; requerer a excussão de garantias; exigir o pagamento de Aluguéis Diferidos ou de aluguéis da Área ou outras obrigações pecuniárias que viessem a vencer durante o Período de Standstill.

Cumpramos ressaltar que durante o período de 15 de setembro de 2018 até 19 de outubro de 2023 o Standstill perdurou, ficando o valor do aluguel da área do Porto do Açu suspenso de atualizações durante o referido período.

Escritório Rio

A OSX detém contrato de arrendamento do escritório onde fica a sede da Companhia no Rio de Janeiro. O valor acordado mensalmente foi de R\$18 sendo ele reajustado anualmente de acordo com a variação do Índice Geral de Preços – Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV (IGP-M).

Movimento do período, demonstrado abaixo:

	Controladora (Escritório Rio)		Porto do Açu		Consolidado	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
Direito de Uso						
Direito de uso	478	478	434.259	434.259	434.736	434.736
Amortização	(198)	(148)	(67.055)	(63.862)	(67.252)	(64.010)
	<u>280</u>	<u>329</u>	<u>367.204</u>	<u>370.397</u>	<u>367.484</u>	<u>370.727</u>
Passivo Circulante (*)						
Direito de uso	(243)	(225)	(395.773)	(385.836)	(396.017)	(386.060)
AVP do Direito de uso	22	27	1.713	1.859	1.735	1.886
	<u>(221)</u>	<u>(198)</u>	<u>(394.061)</u>	<u>(383.977)</u>	<u>(394.282)</u>	<u>(384.175)</u>
Passivo Não Circulante						
Direito de uso	(94)	(150)	(1.103.058)	(1.112.995)	(1.103.151)	(1.113.145)
AVP do Direito de uso	29	29	739.662	739.662	739.690	739.693
	<u>(65)</u>	<u>(121)</u>	<u>(363.396)</u>	<u>(373.344)</u>	<u>(363.461)</u>	<u>(373.455)</u>
Composição do passivo circulante bruto:						
Vencidos de agosto de 2015 a dezembro de 2018	-	-	(133.438)	(133.438)	(133.438)	(133.438)
Vencidos de janeiro de 2019 a março de 2024	-	-	(222.585)	(212.648)	(222.585)	(212.648)
A vencer nos próximos 12 meses	(225)	(225)	(39.750)	(39.750)	(39.975)	(39.975)
	<u>(225)</u>	<u>(225)</u>	<u>(395.773)</u>	<u>(385.836)</u>	<u>(395.997)</u>	<u>(386.061)</u>

(*) Do saldo circulante, o montante de R\$ 356.023 encontra-se vencido em 31 de março de 2024. De acordo com o contrato de standstill assinado em 20 de setembro de 2018, não são provisionados juros e mora por atraso. Conforme destacado na nota explicativa nº 1, a PdA notificou a Companhia informando que não prorrogaria o “período do Standstill”.

OSX Brasil S.A.

Notas explicativas às Informações Financeiras Intermediárias
Período de três meses findo em 31 de março de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

Para atender à orientação das áreas técnicas da CVM, previstas no Ofício-Circular CVM SNC/SEP 02/2019, caso a Companhia não tivesse adotado o CPC 06(R2) e sim estivesse adotando o modelo recomendado pelas áreas técnicas da CVM – “fluxo nominal x taxa nominal”, demonstraremos na sequência, os impactos na mensuração e remensuração do direito de uso e do passivo de arrendamento, ao considerar em sua estimativa a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, com o valor do aluguel sofrendo anualmente atualização pelo IGPM.

Nesse caso, o movimento no período seria:

	Controladora (Escritório Rio)		Porto do Açu		Consolidado	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
Direito de Uso						
Direito de uso	486	486	570.494	570.494	570.980	570.980
Amortização	(201)	(151)	(88.091)	(83.896)	(88.292)	(84.047)
	<u>285</u>	<u>335</u>	<u>482.403</u>	<u>486.597</u>	<u>482.688</u>	<u>486.933</u>
Passivo Circulante						
Direito de uso	(231)	(228)	(356.023)	(386.647)	(356.254)	(386.875)
AVP do Direito de uso	32	30	2.788	1.914	2.820	1.944
	<u>(199)</u>	<u>(198)</u>	<u>(353.236)</u>	<u>(384.733)</u>	<u>(353.434)</u>	<u>(384.931)</u>
Passivo Não Circulante						
Direito de uso	(79)	(157)	(2.830.715)	(2.088.048)	(2.830.794)	(2.087.889)
AVP do Direito de uso	20	30	1.521.170	1.522.044	1.521.200	1.522.015
	<u>(59)</u>	<u>(127)</u>	<u>(1.309.545)</u>	<u>(566.001)</u>	<u>(1.309.593)</u>	<u>(566.874)</u>
Composição do passivo circulante bruto:						
Vencidos de agosto de 2015 a dezembro de 2018	-	-	(133.438)	(133.438)	(133.438)	(133.438)
Vencidos de janeiro de 2019 a dezembro de 2023/2022	-	-	(222.585)	(212.648)	(222.585)	(212.648)
A vencer nos próximos 12 meses	(172)	(228)	(30.623)	(40.561)	(30.852)	(40.332)
	<u>(172)</u>	<u>(228)</u>	<u>(386.647)</u>	<u>(386.647)</u>	<u>(386.875)</u>	<u>(386.418)</u>

11. Obrigações Sociais e Trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
Salários e honorários	80	56	84	59
Encargos sobre folha de pagamento	239	219	303	279
Provisão de férias	55	42	196	133
Acordos trabalhistas a pagar	-	27	359	876
Encargos sobre acordos trabalhistas	-	-	222	327
	<u>374</u>	<u>344</u>	<u>1.164</u>	<u>1.674</u>

OSX Brasil S.A.

Notas explicativas às Informações Financeiras Intermediárias
Período de três meses findo em 31 de março de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

12. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
Fornecedores concursais (i)	25.803	25.673	1.385.685	1.360.486
Fornecedores extraconcursais (ii)	277	295	1.082	799
Provisão de fornecedores extraconcursais (ii)	57.348	59.024	57.348	59.024
	83.428	84.992	1.444.115	1.420.309
		59.319		
Circulante	57.625		58.430	59.824
Não circulante	25.803	25.673	1.385.685	1.360.485

- (i) Estão associados aos valores a pagar listados no quadro de credores do plano de recuperação judicial aprovado na Assembleia de credores em 17 de dezembro de 2014. Dentre os principais fornecedores, destacamos: Acciona Infraestruturas S.A, AGF Engenharia e SPE Central de Utilidades Rio S.A. Em 31 de dezembro de 2023, com base nas previsões do Plano de Recuperação Judicial, a Companhia realizou a correção monetária pelo IPCA dos valores listados no Quadro Geral de Credores. O pagamento dos credores da RJ inicia-se em janeiro de 2026 na ordem prevista no plano.
- (ii) Referem-se a valores a pagar e provisões de fornecedores nacionais e estrangeiros extraconcursais. Os fornecedores que se encontram em atraso vêm sendo registrados com os devidos acréscimos de multa e juros conforme seus respectivos contratos.

13. Obrigações Fiscais

Compreende as obrigações da empresa relativas a impostos, taxas e contribuições da Companhia. Em fevereiro de 2023 a Companhia aderiu ao Programa Quita PGFN da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, obtendo redução nas transações fiscais até então vigentes, redução obtida através da utilização de valores do prejuízo fiscal acumulado.

As obrigações fiscais possuem a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
Impostos em Dívida Ativa (i)	-	-	214.103	196.573
IPTU (ii)	-	-	6.765	10.390
PIS/COFINS/CSLL Terceiros	483	495	5.367	5.338
IRPJ	1.203	1.203	4.871	4.833
Transação tributária - PGFN	-	153	222	607
ICMS	-	-	2.151	2.144
ISS Terceiros	8	8	1.805	1.806
PIS/COFINS Faturamento	1	-	523	527
IOF	480	480	937	929
CSLL	434	434	1.412	1.397
Imposto s/ Importação	34	34	281	277
INSS	113	114	295	294
IRRF	8	10	80	69
Outros	24	26	372	379
	2.788	2.957	239.184	225.563

- (i) Representa os impostos em Dívida ativa municipal e federal que englobam os tributos não pagos e negativados de IPTU, PIS, COFINS, IOF, IRPJ e CSLL das controladas OSX Açú, OSX Serviços Operacionais e OSX Serviços Gerais.
- (ii) Representa o valor em aberto de IPTU da OSX Açú perante a Prefeitura de São João da Barra.

OSX Brasil S.A.

Notas explicativas às Informações Financeiras Intermediárias
Período de três meses findo em 31 de março de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

14. Empréstimos e Financiamentos

A tabela abaixo apresenta os empréstimos e financiamentos da Companhia:

Instituições financeiras	Vencimento	Taxa de juros	Consolidado	
			31/03/2024	31/12/2023
BTG Pactual	(*)	CDI + 2,00%	389.510	377.733
Caixa Econômica Federal/FMM	(**)	TJLP + 4,00%	1.729.585	1.691.214
Total de empréstimos e financiamentos			2.119.095	2.068.947
(-) Custo de transação a apropriar Caixa Econômica/FMM			(9.192)	(9.441)
			(9.192)	(9.441)
Total de empréstimos e financiamentos com custos de transação a apropriar			2.109.903	2.059.506

(*) Após o pagamento das obrigações referentes às Debêntures e Contrato FMM-CEF, conforme definido no Plano, serão pagos os Credores Quirografários por Fiança, Aval ou Obrigação Solidária.

(**) Após o pagamento das Debêntures 1ª, 3ª e 5ª séries, será paga a parcela anual do Contrato FMM-CEF conforme termos e condições previstos.

Em 27 de abril de 2012, a OSX Açú recebeu R\$400.000 mil em uma linha de empréstimo-ponte junto à CEF, destinada à implantação da UCN Açú.

O prazo de pagamento era de 18 meses, com vencimento previsto contratualmente em 19 de outubro de 2013, sendo principal e juros pagos ao final do período ou com recursos dos primeiros desembolsos do empréstimo de longo prazo com repasse do Fundo da Marinha Mercante ("FMM"), para o qual a UCN Açú recebeu prioridade de financiamento em junho de 2011.

A CEF aprovou a extensão do vencimento para 19 de outubro de 2014 e o contrato de garantia desse empréstimo, firmado com o Banco Santander S.A. ("Santander"), também foi aditado pelo mesmo prazo.

Em 28 de dezembro de 2012, foi repassado pela CEF o montante de R\$627.000 mil, indexado ao dólar, à taxa de 3,45% ao ano, carência de 36 meses, 216 amortizações e vencimento em junho de 2033, referente ao primeiro desembolso do Contrato de Financiamento nº 0385.755-63 com repasse do FMM, firmado em 14 de junho de 2012 ("Contrato de Financiamento").

O acionista controlador da OSX é avalista deste empréstimo, conforme descrito na Nota Explicativa nº 17 - Partes relacionadas, item 17.3 (ii). A CEF possui como garantias ações, ativos e o direito de exploração do terreno localizado no Porto do Açú.

No dia 17 de dezembro de 2014, a OSX Açú teve o seu Plano de Recuperação Judicial aprovado em Assembleia Geral de Credores, sendo a aprovação em 19 de dezembro de 2014. Com a aprovação do referido plano, a dívida que a OSX Açú possuía junto à CEF referente ao empréstimo-ponte, garantida pelo Santander, passou a ser regida pelos termos previstos no Plano de Recuperação Judicial.

Em 30 de janeiro de 2015, foi celebrado entre a OSX Açú e a CEF o Primeiro Aditivo ao Contrato de Financiamento, que previu a mudança do indexador da dívida de dólar para TJLP mais 3,45% e novos prazos de carência – 24 meses a contar do dia 19 de dezembro de 2014 - e amortização – 240 meses a contar do final do período de carência.

OSX Brasil S.A.

Notas explicativas às Informações Financeiras Intermediárias
Período de três meses findo em 31 de março de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

Em 30 de janeiro de 2015, OSX Açú e Banco BTG Pactual S.A., por meio de Contrato Para Prestação de Fiança, acordaram em emitir Carta de Fiança, com vencimento em 60 meses da emissão da Fiança, com objetivo de garantir o pagamento das obrigações assumidas pela Companhia no Contrato de Financiamento relativo ao repasse do Fundo da Marinha Mercante.

Em 18 de dezembro de 2015, a OSX Açú emitiu debêntures com as datas de emissão retroativas. Os débitos concursais com Votorantim, Santander e Prumo Logística S.A foram convertidos em debêntures conforme previsto no Plano, vide Nota Explicativa nº 16.

Em 04 de abril de 2018, vista a necessidade de adequação de certas cláusulas do Contrato de Financiamento, foi celebrado Segundo Termo Aditivo que, dentre outras modificações, altera o percentual de juros aplicados sobre o valor do subcrédito vinculado ao conteúdo importado do financiamento – aproximadamente 11% do valor total dos créditos – para 4% ao ano, mantendo os juros sobre o subcrédito vinculado ao conteúdo nacional em 3,45% ao ano e o prazo de carência, que passa a ser de 48 meses a contar do dia 28 de dezembro de 2012, não alterando assim a data efetiva de final da carência.

Vale ressaltar que o montante disponível no valor de R\$159.000 mil perante o Banco BTG Pactual, referente à Fiança prestada em razão do Contrato de Financiamento celebrado entre a CEF e a OSX Açú, se esgotou em janeiro de 2020, sendo certo que o valor residual será pago na forma do Plano.

O montante referente a R\$93.287 corresponde ao saldo atualizado da fiança do empréstimo entre o Banco BTG e a OSX Açú.

15. Debêntures

Em 18 de dezembro de 2015 a OSX Açú emitiu debêntures com as datas de emissão retroativas conforme quadro abaixo. Os débitos concursais com Votorantim, Santander e Prumo Logística S.A. ("Prumo") foram convertidos em debêntures, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial. Em 31 de março de 2024 a Companhia apresenta os seguintes saldos:

Série	Data de emissão	Consolidado Taxa de juros (a.a.)	31/03/2024	31/12/2023
1ª Série (i)	15/01/2016	CDI + 2,00%	41.256	40.008
2ª Série (ii)	08/01/2015	CDI	2.345.062	2.285.085
3ª Série (iii)	15/01/2016	CDI + 2,00%	25.186	24.424
4ª Série (iv)	08/01/2015	CDI	1.616.654	1.575.307
5ª Série (v)	15/01/2016	CDI + 2,00%	4.984	4.833
6ª Série (vi)	11/11/2013	CDI + 1,80%	61.752	60.174
Total			4.094.894	3.989.831

- (i) Debêntures subscritas pelos bancos Votorantim e Santander com novos recursos (DIP).
- (ii) Debêntures subscritas pelos bancos Votorantim e Santander com créditos concursais.
- (iii) Debêntures subscritas pela Prumo com novos recursos (DIP).
- (iv) Debêntures subscritas pela Prumo com créditos concursais / extraconcursais.
- (v) Debêntures subscritas pelo Santander com novos recursos (DIP).
- (vi) Debêntures subscritas pelo Santander com créditos concursais.

As debêntures 1ª Série, 3ª Série e 5ª Série foram emitidas com prazo de 10 anos renováveis pelo mesmo período. As debêntures 2ª Série, 4ª Série e 6ª Série foram emitidas com prazo de 20 anos renováveis pelo mesmo período.

A OSX Açú e a Prumo, celebraram através de um acordo assinado em 31 de outubro de 2011 os termos ajustados entre as partes quanto à instalação da UCN Açú. O mencionado acordo consolida entendimentos quanto à cessão onerosa, pela Prumo à OSX Açú, da área de implantação da UCN Açú, além de fixar parâmetros quanto à realização de benfeitorias e obras de “customização” no local, incluindo a implantação de um canal de acesso marítimo em área situada no entorno daquela onde será instalada a UCN Açú. Nesse contexto, cabia à OSX Açú o pagamento de contraprestação fixa à Prumo, na época, relativa à cessão onerosa de direito de uso da área da UCN Açú, no valor equivalente, em reais, a USD5,00 (cinco dólares norte-americanos) por metro quadrado por ano, pelo prazo de 40 anos, renováveis por mais 40 anos. Além disso, a OSX Açú participaria em (i) investimentos relativos à obra do Canal; (ii) despesas de infraestrutura do Complexo, calculadas de acordo com o seu aproveitamento; e (iii) rateio das despesas de manutenção da infraestrutura do Complexo.

Em dezembro de 2015, todo o crédito da Prumo foi convertido nas debêntures acima referidas (3ª e 4ª séries). Dessa forma, todo o crédito, incluindo os créditos pré-concursais, vem sendo atualizado nos termos das debêntures a partir de 8 de janeiro de 2015.

16. Partes Relacionadas

16.1 Controladora e Consolidado

O controle da Companhia é exercido pela Centennial Asset Mining Fund LLC (“CAMF”) e por Eike Fuhrken Batista, que, conjuntamente, detêm aproximadamente 49,42% das ações ordinárias. A CAMF é controlada por Eike Fuhrken Batista. A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria, de acordo com as atribuições e poderes conferidos pelo seu Estatuto Social à luz da legislação societária.

OSX Brasil S.A.

Notas explicativas às Informações Financeiras Intermediárias
Período de três meses findo em 31 de março de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de março de 2024, relativos a operações com partes relacionadas, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, são decorrentes de transações da Companhia com empresas controladas e ligadas, conforme se descreve a seguir:

a) Empresas Ligadas

A Companhia possui como principais empresas ligadas, com as quais mantém alguma transação: CAMF, EBX Investimentos Ltda., EBX Holding Ltda. (em conjunto “EBX”), AVX Táxi Aéreo Ltda. (“AVX”), OSX Açú, OSX Serviços, SIX Automação S.A. (“SIX Soluções”). Esses valores não ocorrem juros. Não há movimentação financeira com empresas fora do Grupo OSX.

	Controladora					
	Contas a receber		Contas a pagar		Resultado	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/03/2023
Centennial	-	-	(51.665)	(51.665)	-	-
Eike Batista	-	-	(19.725)	(19.725)	-	-
Six Soluções (iv)	-	-	(15.945)	(15.945)	-	-
OSX Açú	60.804	64.659	(18.859)	(18.840)	-	-
OSX Serviços (ii)	44.768	44.186	(113.995)	(111.385)	-	-
OSX Serviços Gerais	-	-	(6.349)	(6.277)	-	-
AVX (iii)	-	-	(303)	(303)	-	-
OSX Leasing Group	-	-	(58.818)	(58.818)	-	-
Instituto EBX	-	-	(438)	(438)	-	-
EBX (i)	-	-	(11.133)	(11.133)	-	-
OSX GMBH	3.982	3.849	(44)	(42)	-	-
OSX Procurement	-	-	(19)	(19)	-	-
	109.554	112.694	(297.292)	(294.592)	-	-
Circulante	-	-	287.282	284.582	-	-
Não Circulante	109.554	112.694	10.010	10.010	-	-

	Consolidado					
	Contas a receber		Contas a pagar		Resultado	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/03/2023
Centennial	-	-	(51.665)	(51.665)	-	-
Eike Batista	-	-	(19.725)	(19.725)	-	-
EBX (i)	-	-	(16.989)	(16.989)	-	-
AVX (iii)	-	-	(303)	(303)	-	-
OSX Procurement	-	-	(4.785)	(4.638)	-	-
Instituto EBX	-	-	(438)	(438)	-	-
SIX Soluções (iv)	-	-	(18.208)	(18.208)	-	-
OSX Leasing Group	-	-	(65.985)	(66.755)	-	-
Integra	-	-	(4.014)	(4.014)	-	-
LLX Açú Oper. Port. SA (v)	-	-	(1.426)	(1.426)	-	-
	-	-	(183.537)	(183.161)	-	-
Circulante	-	-	161.992	161.616	-	-
Não Circulante	-	-	21.545	21.545	-	-

OSX Brasil S.A.

Notas explicativas às Informações Financeiras Intermediárias
Período de três meses findo em 31 de março de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de março de 2024, relativos as operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com suas controladoras diretas e indiretas e com empresas ligadas para os respectivos tipos de operações conforme descrito abaixo:

- (i) Refere-se ao contrato de compartilhamento de recursos e serviços administrativos firmados entre a OSX e suas controladas, a EBX Investimentos Ltda. e a EBX Holding Ltda. ("EBX"), por meio do qual estas empresas executavam serviços de administração de caixa e administração financeira, serviços legais, seguros e auditorias internas, governança corporativa, comunicação, compras e recursos humanos, entre outros. Mensalmente a EBX realizava a medição e calculava o valor das atividades sujeitas aos custos compartilhados efetivamente utilizados pela Companhia, com base em *timesheet* efetuando cobrança por meio de notas de negociação. Esse contrato foi extinto no início de 2015.
- (ii) Refere-se a contas a receber que a OSX tem com a OSX Serviços, referente aos rateios de custos, conforme contrato de acordo de custos administrativos compartilhados.
- (iii) Refere-se a serviços prestados pela AVX relativos à utilização de táxi aéreo.
- (iv) Refere-se ao saldo de contas a pagar que OSX Açú possui com a SIX, relativo aos serviços prestados de integração, implementação e suporte de software.
- (v) Refere-se ao acordo de compartilhamento de custos administrativos firmado entre as companhias.

16.2 Demais Operações com Partes Relacionadas

Mútuos Controladora

Mútuos – Ativo					
Mutuante	Mutuária	Valor	Moeda	Valor (em R\$)	Taxa de juros
OSX Brasil	OSX Serviços Gerais	1	BRL	1	101% do CDI
OSX Brasil	OSX Ásia	3	USD	17	101% do CDI
OSX Brasil	OSX Serviços Operacionais	82	BRL	82	101% do CDI
OSX Brasil	OSX GMBH	795	USD	3.964	SFOR + 2,90% a.a
Total				4.064	

Mútuos – Passivo					
Mutuária	Mutuante	Valor	Moeda	Valor (em R\$)	Taxa de juros
OSX Brasil	OSX Leasing BV	58.818	BRL	58.818	SFOR + 2,90% a.a
OSX Brasil	OSX Serviços Operacionais	113.995	BRL	113.995	101% do CDI
OSX Brasil	Centennial	51.665	BRL	51.665	101% do CDI
OSX Brasil	OSX Serviços Gerais	6.349	BRL	6.349	101% do CDI
OSX Brasil	SIX Soluções	15.794	BRL	15.794	101% do CDI
OSX Brasil	OSX Procurement	19	BRL	19	101% do CDI
OSX Brasil	Eike Batista	19.725	BRL	19.725	101% do CDI
OSX Brasil	OSX Açú	18.859	BRL	18.859	101% do CDI
OSX Brasil	OSX GMBH	44	BRL	44	101% do CDI
Total				285.267	

16.3 Garantias

- i. Garantia Bancária, prestada pela OSX Açú, emitida pelo Banco BTG Pactual à CEF, no montante de R\$159.000, em decorrência do primeiro desembolso do financiamento do Fundo da Marinha Mercante. A OSX está vinculada como devedora solidária da OSX Açú. Vale ressaltar que a referida garantia se esgotou em janeiro de 2020, sendo certo que o valor residual será pago na forma do Plano.
- ii. Carta de Fiança, prestada pela OSX Açú, emitida pelo Sr. Eike Fuhrken Batista à CEF, em decorrência do primeiro desembolso do financiamento do Fundo da Marinha Mercante no montante da totalidade da dívida.

16.4 Remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria

De acordo com a Lei nº 6.404/1976 e com o Estatuto Social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores. Cabe ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os administradores.

Desta forma, os montantes referentes à remuneração anual da Diretoria e Conselho de Administração estão apresentados abaixo:

	31/03/2024	31/03/2023
Remuneração Diretoria (*)	796	701
Honorários do Conselho de Administração	287	287
	1.083	988

(*) Considera o total de remunerações, benefícios e INSS pago pela empresa.

17. Provisão para Contingências

a) Contingências Prováveis

A Companhia e suas controladas são objeto de ações decorrentes do curso normal de suas operações, cujas perdas são avaliadas como provável, como segue:

		Controladora			
		31/12/2023	Pagamento (-)	Atualização Monetária (+/-)	31/03/2024
Cíveis (ii)		18.969	-	579	19.548
Trabalhistas		727	-	75	802
		19.695	-	654	20.350

		Consolidado				
		31/12/2023	Provisão(+)/ Reversão(-)	Pagamento (-)	Atualização Monetária (+/-)	31/03/2024
Cíveis (ii)		22.636	-	-	686	23.322
Ambientais (i)		60.711	-	-	-	60.711
Trabalhistas		10.662	(69)	-	76	10.669
		94.009	(69)	-	762	94.702

(i) As causas ambientais estão relacionadas ao processo de licenciamento da UCN Açú.

OSX Brasil S.A.

Notas explicativas às Informações Financeiras Intermediárias
Período de três meses findo em 31 de março de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

b) Contingências Possíveis

A Companhia e suas controladas são objeto de ações tributárias, cíveis e trabalhistas decorrentes do curso normal das operações, cujas perdas são avaliadas como possíveis, como segue:

	Controladora				
	31/12/2023	Provisão (+)	Reversão (-)	Atualização Monetária (+/-)	31/03/2024
Cíveis (ii)	17.644	-	-	595	18.239
Tributário	131.222	-	(10.785)	5.758	126.195
Trabalhistas	432	-	(166)	-	266
	149.298	-	(10.951)	6.353	144.699

	Consolidado				
	31/12/2023	Provisão (+)	Reversão (-)	Atualização Monetária (+/-)	31/03/2024
Cíveis (ii)	1.425.765	-	-	700	1.426.465
Tributário	872.625	-	(10.785)	19.921	881.761
Trabalhistas	483	-	(194)	11	300
	2.298.873	-	(10.979)	20.633	2.308.526

- (ii) As causas cíveis estão representadas substancialmente por ações indenizatórias, relacionadas, em maior parte, às impugnações de crédito no processo de recuperação judicial.

18. Patrimônio Líquido (Controladora)

a) Capital Social

Em 31 de março de 2024, o capital social da Companhia estava dividido em 3.148.038 (três milhões, cento e quarenta e oito mil e trinta e oito reais) ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal.

O capital social da Companhia em 31 de março de 2024 é de de R\$35.264 com a seguinte composição acionária:

Composição acionária		31/03/2024			
Acionistas		Ordinárias	%	Total	%
Centennial Asset Mining Fund LLC.		709.459	22,54	709.459	22,54
Centennial Asset Mining Fund LLC – Itau Unibanco S.A.		453.801	14,42	453.801	14,42
Eike Fuhrken Batista		392.612	12,47	392.612	12,47
Roberto Lombardi de Barros		304.100	9,66	304.100	9,66
Demais acionistas		1.288.066	40,91	1.288.066	40,91
Total		3.148.038	100,00	3.148.038	100,00

b) Custo na Emissão de Ações

Os custos de distribuição da Oferta Pública de Ações estão registrados em conta retificadora do Patrimônio Líquido. Estes custos se referem à comissão e a serviços de registro e listagem da oferta, advogados, auditores, publicidade e outros.

OSX Brasil S.A.

Notas explicativas às Informações Financeiras Intermediárias
Período de três meses findo em 31 de março de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

c) Dividendos

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 0,001% do lucro líquido de cada exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/1976 (redação alterada pela Lei nº 10.303/2001). A Companhia poderá, a critério da Administração, pagar juros sobre o capital próprio, cujo valor líquido será imputado ao dividendo mínimo obrigatório, conforme previsto no artigo 9º da Lei nº 9.249/1995.

d) Ajustes de Conversão de Moeda Estrangeira

Representados pelo registro contábil da variação cambial da controlada OSX GmbH.

19. Prejuízo por Ação

Os resultados por ação, básico e diluído, foram calculados com base no resultado do período, atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia, em 31 de março de 2024, e na respectiva quantidade média de ações em circulação neste período, comparativamente a 31 de dezembro 2023, conforme o quadro abaixo:

	Consolidado					
	31/03/2024			31/12/2023		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador						
Resultado atribuível aos acionistas controladores	(195.549)	-	(195.549)	(1.188.770)	-	(1.188.770)
Resultado atribuível aos acionistas não controladores	(378)	-	(378)	(2.297)	-	(2.297)
Denominador						
Média ponderada de ações	3.148.038	-	3.148.038	3.148.038	-	3.148.038
Resultado por ação (em R\$) - básico e diluído	(62,24)	-	(62,24)	(378,35)	-	(9378,35)

20. Receita Operacional Líquida

A Controladora não apresentou receita no período demonstrado abaixo. No entanto, sua controlada, OSX Açú, possui receita proveniente da exploração comercial da área total de 3.200.000 metros quadrados, onde está localizada a UCN Açú.

A receita de cessão onerosa do direito real de superfície ou acordo equiparável a atividade de arrendamento, é reconhecida no resultado pelo método linear, pelo prazo contratual em função da sua realização. Em 2024, um cliente representa 70% da receita da Companhia.

Além dos contratos já firmados com os clientes Dome e Carboamerica (antiga Minas Gusa), a OSX Açú firmou contrato de locação, junto a Aliseo, para implantação de uma base de logística de flexíveis para a Petrobras e base logística offshore (BAÇU), totalizando 425m de comprimento linear de cais e área total de 90.000m², com opção de expansão para mais 70.000 m², pelo prazo de 30 anos, sendo certo que em contrapartida, a OSX Açú recebeu, a partir de agosto de 2023, o valor do aluguel pela área locada.

OSX Brasil S.A.

Notas explicativas às Informações Financeiras Intermediárias
Período de três meses findo em 31 de março de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

Em 20 de março de 2023 a OSX Açú firmou sexto termo aditivo ao contrato de locação com a Carboamerica por meio do qual as partes, no que concerne ao contrato de locação consolidado, assinado em 30 de dezembro de 2021, será acrescida à área de 23.240 m² a área adicional de 9.439 m², sendo ela paga a partir de abril de 2023. Em 19 de outubro de 2023, foi firmado o sétimo aditivo para, que entre outros pontos, acrescer à área total de 23.420 m² a área adicional de 11.539 m² que terá vigência até 29 de fevereiro de 2024.

	Consolidado	
	31/03/2024	31/03/2023
Receita de aluguel e/ou serviços	16.564	9.850
(-) Impostos incidentes sobre as receitas	(1.526)	(934)
	15.038	8.916

21. Despesas Gerais e Administrativas

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2024	31/03/2023	31/03/2024	31/03/2023
Despesas com pessoal	(836)	(341)	(1.666)	(1.538)
Despesas com propaganda e publicidade	(43)	(97)	(332)	(97)
Constituição de provisão	(650)	-	(692)	-
Serviços contratados	(1.305)	-	(6.740)	(9.393)
Despesas de viagem	(295)	(138)	(384)	(291)
Despesas de aluguéis	(22)	-	(83)	(130)
Despesas com seguro	(90)	-	(249)	(231)
Despesas com impostos, taxas e contribuições	(117)	(55)	(7.401)	(456)
Outras despesas	(180)	(13)	(907)	(931)
	(3.538)	(644)	(18.454)	(13.066)

22. Resultado Financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2024	31/03/2023	31/03/2024	31/03/2023
Despesas financeiras				
Juros passivos	(2.829)	(2.984)	(184.136)	(206.743)
IOF	(19)	(33)	(32)	(61)
Amortização custo de transação empréstimo	-	-	(248)	(248)
Apropriação do AVP do Porto do Açú	-	-	(151)	(3.306)
Outras despesas financeiras	(5)	-	(2.776)	(2.935)
Despesas com fiança	-	-	(16)	(15)
	(2.853)	(3.017)	(187.359)	(213.308)
Receitas financeiras				
Rendimento de aplicação financeira	-	149	76	343
Juros ativos	103	107	-	(31)
Outros	68	83	72	83
	171	339	146	396
Variação cambial líquida	(3)	407	(3.463)	3.644
Resultado financeiro, líquido	(2.685)	(2.272)	(190.675)	(209.269)

Notas explicativas às Informações Financeiras Intermediárias
Período de três meses findo em 31 de março de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

23. Imposto de Renda ("IRPJ") e Contribuição Social ("CSLL")

23.1 Imposto de Renda e Contribuição Social Apurados

A conciliação do IRPJ/CSLL apurados conforme alíquotas nominais vigentes e os valores dos impostos registrados nos períodos findos em 31 de março de 2024 e 2023 estão apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2024	31/03/2023	31/04/2024	31/03/2023
Prejuízo antes do IR e CSLL	(195.549)	(212.436)	(195.799)	(212.843)
Alíquota de acordo com legislação vigente	34%	34%	34%	34%
IR e CSLL de acordo com legislação vigente	66.487	72.228	66.572	72.367
Adições/Exclusões (ajustes na base tributável)				
Outras despesas não dedutíveis	(11)	(4)	(91)	(1.162)
Contingências Passivas	(221)	(175)	(235)	(561)
Resultado de equivalência patrimonial	(64.882)	(72.812)	-	(2)
	1.373	(763)	66.245	70.642
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos não constituídos	(1.373)	-	(66.373)	(70.655)
IR e CSLL corrente do período	-	-	(128)	(13)
Total IR e CSLL	-	-	(128)	(13)
Alíquota efetiva sobre lucro antes do imposto	(0,00%)	(0,00%)	(0,07%)	(0,01%)

Para fins de apuração de IRPJ e CSLL, o regime de tributação adotado pela Companhia e suas controladas é o lucro real anual.

A apuração de IRPJ das empresas estrangeiras é efetuada com observância à legislação fiscal dos respectivos países.

23.2 Exigências Fiscais e Tributárias

As declarações de rendimentos da Companhia estão sujeitas à revisão e eventual lançamento adicional por parte das autoridades fiscais durante um prazo de 5 anos. Outros Impostos, Taxas e Contribuições estão, também, sujeitos as mesmas condições, conforme a legislação aplicável. Tendo em vista as frequentes interpretações relacionadas com a legislação, não é possível assegurar a aprovação definitiva dos impostos e contribuições.

24. Informações por Segmentos

O foco do Complexo OSX Açú é o desenvolvimento de negócios para locação de áreas para empreendimentos portuários e industriais na área privilegiada de cerca de 3,2 milhões de m² detida pela OSX Açú. A área possui aproximadamente 3.700 metros de frente para o canal do T2 do Porto do Açú, construído pelo OSX, com direito de acesso, infraestrutura de suporte (energia, segurança, água, esgoto, escritórios, vias internas) permitindo rápida implantação de novos projetos, conferindo grandes vantagens a seus clientes, e alto valor da área.

Notas explicativas às Informações Financeiras Intermediárias
Período de três meses findo em 31 de março de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

Os seguintes negócios são desenvolvidos no Complexo:

- Indústria Naval
- Serviços de armazenagem
- Operações portuárias
- Serviços de carga e descarga
- Serviços integrados de logística
- Serviços acessórios portuários (fornecimento de água, tratamento de esgoto, coleta de resíduos, manobras de embarcações)

Construção Naval

O foco da unidade de Construção Naval é a construção, montagem e integração de Unidades de E&P, tais como plataformas de produção fixas e flutuantes e sondas de perfuração, com ênfase em eficiência operacional e tecnologia de ponta. As atividades de Construção Naval encontram-se paralisadas.

Arrendamento

A Companhia atua também através do arrendamento de áreas do para empreendimentos portuários e industriais na área privilegiada de cerca de 3,2 milhões de m² detida pela OSX Açú.

Afretamento

A unidade de Afretamento é concentrada em Unidades de E&P, as quais são fretadas a empresas do setor de petróleo e gás natural, por meio de contratos de afretamento de longo prazo. Tendo em vista a reestruturação societária do Grupo OSX, com subsequente falência de seu braço offshore de fretamento de unidades de E&P (a OSX Leasing Group B.V), as atividades de afretamento encontram-se desmobilizadas, podendo ser retomadas caso haja novas oportunidades de mercado.

Serviços de O&M

Além de construir e fretar as unidades, a Companhia é responsável por tripular, operar e manter as unidades de E&P. As atividades de serviços de O&M encontram-se desmobilizadas, podendo ser retomadas caso haja novas oportunidades de mercado.

Notas explicativas às Informações Financeiras Intermediárias
Período de três meses findo em 31 de março de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

i) Demonstração de Resultado por Segmentos

Demonstração do resultado por segmento em 31/03/2024	Construção Naval	Fretamento	Serviços de O&M	Corporativo	Ajustes e eliminações	Consolidado
Receita de aluguel e/ou serviços	16.564	-	-	-	-	16.564
Impostos incidentes sobre a receita	(1.526)	-	-	-	-	(1.526)
Resultado operacional líquida	15.038	-	-	-	-	15.038
Receitas (despesas) operacionais						
Administrativas e gerais	(17.320)	(52)	(754)	(3.599)	-	(21.726)
Outras despesas e receitas operacionais líquida	4	-	-	1.565	6	1.564
	(17.316)	(52)	(754)	(2.035)	6	(20.162)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	(190.830)	190.830	-
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	(2.278)	(52)	(754)	(192.864)	190.830	(5.124)
Resultado financeiro						
Receitas financeiras	79	8	2.682	171	(2.792)	147
Despesas financeiras	(185.837)	(113)	(1.349)	(2.853)	2.792	(187.359)
Variação cambial, líquida	(3.584)	124	-	(3)	-	(3.463)
	(189.342)	20	1.333	(2.685)	-	(190.675)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	(191.620)	(33)	579	(195.549)	190.830	(195.799)
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	-	(128)	-	-	(128)
Lucro (Prejuízo) líquido do período	(191.620)	(33)	450	(195.549)	190.830	(195.927)
Outras divulgações						
Depreciação e amortização	(3.211)	-	-	(61)	-	(3.272)

Demonstração do resultado por segmento em 31/03/2023	Construção Naval	Fretamento	Serviços de O&M	Corporativo	Ajustes e eliminações	Consolidado
Receita de aluguel e/ou serviços	9.850	-	-	-	-	9.850
Impostos incidentes sobre a receita	(934)	-	-	-	-	(934)
	8.916	-	-	-	-	8.916
Resultado operacional líquida	8.916	-	-	-	-	8.916
Receitas (despesas) operacionais						
Administrativas e gerais	(14.056)	(29)	(1.699)	(652)	-	(16.436)
Outras despesas e receitas operacionais líquida	(768)	-	75	4.642	3	3.952
	(14.284)	(29)	(1.624)	3.991	3	(12.484)
Resultado de equivalência patrimonial	(11)	-	-	(214.154)	214.159	(6)
	(11)	-	-	(214.154)	214.159	(6)
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	(5.918)	(29)	(1.624)	(210.164)	214.159	(3.574)
Resultado financeiro						
Receitas financeiras	105	(26)	3.020	338	(3.042)	395
Despesas financeiras	(210.756)	(53)	(2.494)	(3.017)	3.042	(213.308)
Variação cambial, líquida	3.331	(85)	-	407	(8)	3.644
	(207.320)	(194)	526	(2.273)	(8)	(209.269)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	(213.238)	(224)	(1.098)	(212.437)	214.154	(212.843)
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	-	(13)	-	-	(13)
Lucro (Prejuízo) líquido do período	(213.238)	(224)	(1.112)	(212.437)	214.154	(212.856)
Outras divulgações						
Depreciação e amortização	(3.363)	-	-	(8)	-	(3.370)

Notas explicativas às Informações Financeiras Intermediárias
Período de três meses findo em 31 de março de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

i) Ativos e Passivos por Segmento

Ativos e passivos por segmento em 31/03/2024	Construção Naval	Fretamento	Serviços de O&M	Corporativo	Ajustes e eliminações	Consolidado
Ativo						
Ativo circulante	47.480	48	120.604	336	(156.926)	11.542
Ativo realizável a longo prazo	1.627	-	63	114.361	(109.146)	6.905
Investimentos	3.059	-	-	1.929	(1.929)	3.059
Imobilizado	565	-	-	181	-	746
Propriedade para investimento	1.976.784	-	-	-	-	1.976.784
Direito de Uso e Intangível	367.204	-	-	616	-	367.820
Total do ativo	2.396.720	48	120.667	117.423	(268.001)	2.366.856
Passivo						
Passivo circulante	548.650	16.542	207.633	348.299	(266.062)	855.061
Passivo não circulante	8.454.905	-	5.882	6.761.328	(6.705.111)	8.517.005
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	(6.606.835)	(16.494)	(92.849)	(6.992.205)	6.703.172	(7.005.210)
Total passivo e patrimônio líquido	2.396.720	48	120.667	117.423	(268.001)	2.366.856

Ativos e passivos por segmento em 31/12/2023	Construção Naval	Fretamento	Serviços de O&M	Corporativo	Ajustes e eliminações	Consolidado
Ativo						
Ativo circulante	43.961	46	117.922	584	(152.948)	9.564
Ativo realizável a longo prazo	794	-	63	117.430	(112.299)	5.988
Investimentos	3.059	-	-	1.896	(1.896)	3.059
Imobilizado	582	-	-	117	-	699
Propriedade para investimento	1.976.784	-	-	-	-	1.976.784
Direito de Uso e Intangível	370.397	-	-	455	-	370.853
Total do ativo	2.395.577	46	117.985	120.481	(267.143)	2.366.947
Passivo						
Passivo circulante	529.314	15.996	205.382	347.400	(265.230)	832.860
Passivo não circulante	8.281.473	-	5.902	6.569.227	(6.513.734)	8.342.866
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	(6.415.210)	(15.951)	(93.299)	(6.796.145)	6.511.822	(6.808.783)
Total passivo e patrimônio líquido	2.395.577	46	117.985	120.481	(267.143)	2.366.947

25. Instrumentos Financeiros

A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de monitoramento consiste no acompanhamento permanente das taxas contratadas versus às vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo com instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, sendo essa determinação prevista nas políticas de gerenciamento de risco em vigor.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

Notas explicativas às Informações Financeiras Intermediárias
Período de três meses findo em 31 de março de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

Os saldos contábeis e o valor justo dos instrumentos financeiros incluídos nos balanços patrimoniais em 31 de março de 2024 e 31 de dezembro de 2023 estão apresentados a seguir:

	Controladora			
	31/03/2024		31/12/2023	
	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	26	26	7	7
Depósitos judiciais	610	610	612	612
Partes relacionadas	109.554	109.554	112.694	112.694
Passivos				
Fornecedores	83.428	83.428	84.992	84.992
Partes relacionadas	297.292	297.292	294.592	294.592
	Consolidado			
	31/03/2024		31/12/2023	
	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	5.487	5.487	2.141	2.141
Clientes	5.545	5.545	6.613	6.613
Depósitos judiciais	2.300	2.300	1.469	1.469
Passivos				
Fornecedores	1.444.115	1.444.115	1.420.309	1.420.309
Partes relacionadas	183.537	183.537	183.161	183.161
Debêntures	4.094.894	4.094.894	3.989.831	3.989.831
Empréstimos e financiamentos	2.109.903	2.109.903	2.059.506	2.059.506

25.1 Valor Justo dos Instrumentos Financeiros

O conceito do “valor justo” prevê a avaliação de ativos e passivos com base nos preços de mercado, quando se tratar de ativos com liquidez, ou em metodologias matemáticas de precificação, caso contrário. O nível de hierarquia do valor justo fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo. Uma parte das contas da empresa tem seu valor justo igual ao valor contábil; são contas do tipo equivalentes de caixa, a pagar e a receber, dívidas *bullet* e de curto prazo. Aplicações financeiras estão sendo apresentadas pelo valor justo, devido à sua classificação na categoria de valor justo através do resultado.

25.2 Gerenciamento de riscos

A Companhia possui política formal para gerenciamento dos riscos financeiros.

25.2.1 Risco de Mercado

Risco de variação nas taxas de câmbio e de juros.

25.2.1.1 Risco Cambial

Risco de flutuação nas taxas de câmbio às quais podem estar associadas ativos e passivos da Companhia.

Gerenciamento de risco cambial

A Companhia trabalha no gerenciamento do risco cambial no âmbito do consolidado de suas controladas para identificar e dirimir os riscos associados à oscilação do valor das moedas às quais estão associados ativos e passivos globais. O objetivo é identificar ou criar proteções naturais, aproveitando a sinergia entre as operações das empresas controladas da OSX.

25.2.2 Risco de Crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade da Companhia e de suas controladas sofrerem perdas em função da inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Esse fator de risco pode ser oriundo de operações comerciais e da gestão de caixa. A Companhia realiza aplicações financeiras automáticas e a exposição máxima ao risco de crédito pode ser representada pelo saldo das aplicações financeiras e contas a receber.

Quadro de risco de crédito controladora	31/03/2024	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa	26	7
	26	7

Quadro de risco de crédito consolidado	31/03/2024	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa	5.487	2.141
Clientes	5.545	6.613
	11.032	8.754

25.2.3 Risco de Liquidez

Em condições normais, a Companhia e suas controladas monitoram seu nível de liquidez considerando os fluxos de caixa esperados em contrapartida ao montante disponível de caixa e equivalentes de caixa. A gestão do risco de liquidez implica em manter caixa, suficiente para manutenção das operações. Entretanto, devido às dificuldades financeiras da Companhia, a OSX, em conjunto com suas subsidiárias OSX Açú e OSX Serviços, ajuizou pedido de recuperação judicial, em 11 de novembro de 2013, cuja decisão de deferimento do processamento do pedido foi publicada no dia 28 de novembro de 2013. No dia 17 de dezembro de 2014 ocorreu, em Assembleia Geral de Credores, a aprovação do Plano de Recuperação Judicial, sendo a mesma homologada em 19 de dezembro de 2014 com data de publicação no dia 8 de janeiro de 2015. Dessa forma, os pagamentos de partes das obrigações da Companhia estão sendo tratados segundo os termos previstos no Plano. A Companhia possui créditos extraconcursais, impostos e arrendamento em atraso para os quais a administração vem atuando para a reestruturação de seus passivos. Em função do fim do período de Standstill e da situação financeira, a Companhia requereu nova Recuperação Judicial em 19 de janeiro de 2024 sendo deferida em 22 de janeiro de 2024 de forma a reestruturar suas dívidas.

OSX Brasil S.A.

Notas explicativas às Informações Financeiras Intermediárias
Período de três meses findo em 31 de março de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

25.2.4 Riscos Fiscais

As declarações de IRPJ apresentadas durante os cinco últimos anos estão sujeitas à revisão pelas autoridades fiscais. Outros impostos estão igualmente sujeitos à revisão e eventual tributação, variando em cada caso o prazo de prescrição.

25.2.5 Risco de taxa de juros e inflação

O risco associado é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações de taxas de juros e inflação que aumentem as despesas financeiras relativas às dívidas indexadas. As dívidas foram consolidadas na Recuperação Judicial e afetarão o caixa no longo prazo.

26. Cobertura de Seguros (Não auditado)

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos, por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das informações financeiras individuais e consolidadas e, consequentemente, não foram examinadas pelos auditores independentes. As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. A Companhia e suas controladas consideram que a cobertura de seguros é consistente com as de outras empresas de dimensão semelhante operando no setor.

Em 31 de março de 2024 e 31 de dezembro de 2023, as coberturas de seguros eram:

	Consolidado	
	31/03/2024	31/12/2023
Riscos operacionais		
Danos materiais	43.873	43.873
Responsabilidade civil de administradores	40.000	40.000
	83.873	83.873

27. Continuidade Operacional

A Administração da Companhia permanece concentrando esforços na adoção de práticas que aumentem o potencial de exploração e operação do complexo portuário e industrial na área da OSX Açú, objetivando operar e atrair novos clientes para investimento e operação.

Dessa forma, a OSX vem cumprindo com o atendimento ao anseio dos acionistas, em virtude da nova recuperação judicial, conforme será abaixo demonstrado, versando sobre o contínuo desenvolvimento da Companhia.

No âmbito operacional, importa destacar que a OSX Açú preserva sua parceria com a Dome Serviços Integrados (“Dome”), através dos contratos de locação firmados desde 2016.

Além da ampliação das atividades da Dome, a OSX Açu obteve diversificação de novos clientes, quais sejam: Minas Gusa Siderurgia EIRELI e Carboamerica Produtos Siderurgicos e Metalurgicos LTDA, Aliseo Empreendimentos e Participações S.A. (antigo Consórcio 3T Flexíveis), Gavea Trading Importação e Exportação LTDA., Consag Engenharia S.A., tendo sido celebrado em 04 de janeiro de 2024 contrato de locação comercial da área, totalizando a metragem de 126.000 m² (cento e vinte e seis mil metros quadrados) com este cliente e Go Tratch Ambiental e Infraestrutura S.A., sendo que no que tange a este último cliente, recentemente, em 22 de março de 2024 foi firmado o quinto termo aditivo ao contrato de locação, prevendo modificações no contrato, de forma a acrescentar na Cláusula Primeira, item 1.1, que dispõe sobre o objeto do contrato, além da área já prevista no Contrato e seus Aditivos já firmados, as áreas 1 e 2 do Lote Norte 1, de 6.203 m² (seis mil e duzentos e três metros quadrados) e 7.166 m² (sete mil e cento e sessenta e seis metros quadrados) e Área de exclusão ambiental, de 3.389 m² (três mil e trezentos e oitenta e nove metros quadrados). Contudo, ressaltando que a referida Área de exclusão ambiental ficará excluída do cálculo total do aluguel, o que resultará no total de 58.151 m² (cinquenta e oito mil e cento e cinquenta e um metros quadrados).

Tais contratos resultaram no aumento do valor mensal auferido pela Companhia a título de aluguel, com a ampliação significativa do backlog de recebíveis.

Nesse sentido, não obstante os esforços acima aplicados, a fim de evitar danos à Companhia, o Grupo OSX, em 20 de janeiro de 2024, ajuizou novo pedido de recuperação judicial perante a 3ª Vara Empresarial, nos termos da Lei nº 11.101/2005, tendo em vista atos da PdA de requerer o vencimento antecipado das dívidas, bem como não suspender a eficácia da exigibilidade de dívidas em face da Companhia.

Na ação, o Grupo OSX requereu, dentre outras medidas: (i) a suspensão da exigibilidade das suas dívidas, inclusive de disposições contratuais que preveem rescisão unilateral por inadimplemento; (ii) a suspensão de disposições contratuais que cuidem do vencimento antecipado e/ou amortização acelerada de obrigações já negociadas, inclusive aquelas previstas nas debêntures emitidas no âmbito do seu anterior Plano de Recuperação Judicial; (iii) a suspensão dos efeitos de determinadas cláusulas do Contrato de Gestão celebrados com a Porto do Açu Operações S.A. (subsidiária do Grupo Prumo), abrangendo aquelas relativas à exclusividade da Porto do Açu Operações S.A. para prospectar interessados em explorar a área das recuperandas; (iv) que seja determinado que os principais credores do Grupo OSX se abstenham de suspender o fornecimento de seus serviços; (v) que seja determinada aos credores a proibição de retenção, arresto, penhora, sequestro, busca e apreensão de valores, títulos, depósitos e/ou direitos do Grupo OSX para fins de auto pagamento; (vi) que seja determinada a vedação aos credores do bloqueio de valores de titularidade das recuperandas e, ainda, que sejam devolvidos os valores porventura retidos, desde o ajuizamento da tutela cautelar antecedente; e (vii) que seja deferida a utilização de conta centralizadora para a recuperação judicial.

E, em 22 de janeiro de 2024 foi proferida decisão pelo Juízo da 3ª Vara Empresarial deferindo o processamento da recuperação judicial do Grupo OSX, determinando, entre outras medidas:

- (I) a nomeação para exercer a função de administrador judicial de Licks Controladores Associados;
- (II) a suspensão de todas as ações e execuções contra as empresas do Grupo somente relativa aos créditos concursais, em especial aquela cobrada pela PdA em razão da sua notificação de extinção do acordo de Standstill (objeto do fato relevante da Companhia de 16/10/2023);
- (III) a suspensão dos efeitos de toda e qualquer disposição relativa à rescisão de contratos por inadimplemento de dívidas sujeitas à recuperação judicial;
- (IV) a suspensão dos efeitos de toda e qualquer disposição que preveja a decretação de vencimento antecipado e/ou amortização acelerada de obrigações já negociadas, inclusive no que se refere às debêntures da série ímpar emitidas no âmbito do Plano de Recuperação Judicial anterior,
- (V) que os credores PdA, Caixa Econômica Federal, Banco Votorantim S.A. e Banco Santander (Brasil) S.A. se abstenham de suspender o fornecimento dos seus serviços, caracterizados como essenciais e a apresentação do Plano de Recuperação Judicial no prazo de 60 (sessenta) dias pelo Grupo OSX.

Ademais, em 20 de março de 2024 a Companhia informou seus acionistas e o mercado em geral que na referida data o Conselho de Administração do Grupo OSX aprovou os termos e condições do plano de recuperação judicial do Grupo, bem como sua apresentação nos autos do processo de recuperação judicial (processo nº 0132006-60.2023.8.19.0001), em curso perante o Juízo da 3ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro.

Enfim, em que pese isso, a Companhia empregará seus melhores esforços na manutenção de suas atividades comerciais e operacionais, mantendo o mercado devidamente informado sobre qualquer atualização.

28. Operação Lava Jato e outros assuntos criminais envolvendo acionista controlador

A Companhia esclarece que não lhe são imputáveis quaisquer fatos ou atos relacionados à 34ª fase da Operação Lava Jato, realizada em 22 de setembro de 2016. Cumpre esclarecer que o objeto de tal operação versou sobre contrato firmado pela Integra - sociedade com personalidade jurídica própria e na qual a Companhia detém participação minoritária – para a construção das plataformas P-67 e P-70 da Petrobrás. A Companhia não foi parte deste contrato, tampouco detém qualquer conhecimento a respeito da instauração de inquérito ou oferecimento de denúncia pelo Ministério Público Federal. A esse respeito, à época dos fatos, a Companhia prestou, ao Ministério Público Federal, à Polícia Federal e aos demais órgãos responsáveis, todas as informações que lhe foram solicitadas, no que tange à Integra, tendo atuado de forma cooperativa com as autoridades competentes.

A Companhia e sua administração ressaltam, também, que não possuem qualquer relação ou envolvimento com os fatos referentes ao mandado de prisão temporária cumprido contra o Sr. Eike Batista, no dia 08 de agosto de 2019 (revogado no dia 10 de agosto de 2019, pelo Tribunal Federal da 2ª Região), conforme amplamente noticiado por diversos veículos de comunicação, mandado este expedido no âmbito do inquérito aberto pelo Ministério Público Federal do Rio de Janeiro, para apurar supostos crimes de manipulação de mercado e utilização de informação privilegiada praticados pelo Sr. Eike Batista nos anos de 2010 e 2011. Ressaltamos que a Companhia não é investigada nesse inquérito.

Destaca-se, ainda, que não são afetados pelos efeitos da sentença de primeira instância proferida em junho de 2020 pela 3ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro, que condenou o Sr. Eike Batista a oito anos de reclusão em regime inicial semiaberto, por manipulação de mercado, praticada no ano de 2009, além do pagamento de multa no valor equivalente à 10.500 salários mínimos, e tampouco possuem relação ou envolvimento com quaisquer atos ou fatos atribuídos ao Sr. Eike Batista no âmbito deste processo. A Companhia também não é parte neste processo.

Igualmente, no que diz respeito à sentença exarada pela 3ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro, no ano de 2019, nos autos da ação penal nº 0042650-05.2014.4.02.5101 – que culminou na condenação do Sr. Eike Batista, a uma pena de oito anos e sete meses de reclusão em regime inicial fechado, mais multa equivalente a 4.200 salários mínimos e reparação pecuniária no valor de R\$82.829.345 milhões, pelo cometimento dos crimes de manipulação de mercado e *insider trading* no ano de 2013 –, muito embora o plano de fundo da imputação faça menção à Companhia, é de suma importância destacar que a Companhia jamais foi parte no aludido processo e que a condenação de primeira instância proferida no ano de 2019 não possui qualquer efeito danoso aplicável ou atribuível a ela ou à sua administração.

Reitera-se que, embora a Companhia seja citada em algumas notícias relacionadas aos fatos anteriormente referidos, tais fatos nunca lhe foram imputáveis, não tendo sido a Companhia parte em qualquer dos inquéritos ou processos criminais relacionados ao Sr. Eike Batista. De toda forma, a Companhia segue atenta às notícias e eventuais desdobramentos sobre os fatos acima mencionados, que possam vir a afetar suas atividades.

A Companhia pontua ainda que o Sr. Eike Batista ocupou o cargo de Diretor Presidente da Companhia apenas no período compreendido entre 08 de setembro de 2009 a 06 de outubro de 2009, não tendo sido reeleito para qualquer cargo na Diretoria da Companhia desde então; e que o Sr. Eike Batista ocupou o cargo de Presidente do Conselho de Administração da Companhia no período compreendido entre 08 de setembro de 2009 a 09 de maio de 2016, não tendo sido reeleito para qualquer cargo no Conselho de Administração da Companhia desde então.

OSX Brasil S.A.

Notas explicativas às Informações Financeiras Intermediárias
Período de três meses findo em 31 de março de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

Composição do Conselho de Administração

Paulo Esteves de Frias Villar
Presidente

Fernando Hermann
Conselheiro

Willian de Mello Magalhães Júnior
Conselheiro

Ricardo Bandeira de Gouvea Machado
Conselheiro Independente e Vice-presidente

Isabela Nazareth Menck
Conselheiro Independente

Erika Barbosa Pereira
Contadora
CRC – RJ-110794/O-3

Composição da Diretoria

Thiago Lemgruber Porto
Diretor Presidente

Ivan Ribeiro Zarur
Diretor Financeiro e de Relações com
Investidores